

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 087

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 20 DE JUNHO DE 2001

ANO XXVII

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PTB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PSDB

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSL

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i> .....	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Moysés Leônidas</i>

## Representação Partidária

*PFL - 09: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 09: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PPS - 02: Marcos Isfer - Cezar Silvestri; PSC - 01: Miltinho Pupio.*

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 60ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
20 DE JUNHO DE 2001**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Luiz Carlos Zuk e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaúcho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (50). Achando-se ausentes os seguintes senhores deputados: Chico Noroeste, Eli Ghellere, Luiz Fernandes da Silva Litro e Tiago Amorim Novaes (04).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Indicação:**

**INDICAÇÃO**

Senhor Presidente:

Venho pelo presente instrumento, comunicar a essa egrégia Casa que estou indicando para as funções de

Vice-Líder da bancada do Partido Trabalhista Brasileiro o ilustre deputado Luiz Carlos Alborghetti.

Sendo o que se nos apresenta para o momento, aproveito para reiterar protestos de elevada estima e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 20.06.2001.

(a) CARLOS SIMÕES

Líder do PTB

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 2010**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 247/2001, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU a aportar recursos financeiros para integralizar capital social da Agência de Fomento do Paraná - passando sua vinculação à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico.

Sala das Sessões, em 20.06.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

**REQUERIMENTO Nº 2033**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 256/2001, que visa dispor sobre a extinção de débitos fiscais, mediante compensação, nos casos que especifica.

Sala das Sessões, em 20.06.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

**REQUERIMENTO Nº 2018**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER preferência de discussão e votação para a Emenda Substitutiva Geral da COPTC, ao Projeto de Lei nº 527/99, de autoria deste parlamentar, item 01 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 20.06.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

**REQUERIMENTO Nº 2013**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a retirada do Projeto de Lei nº 527/99, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que autoriza o Poder Executivo a criar e instituir a Agência Estadual de Controle das Empresas Pedagógicas - Agecep, por 10 (dez) Sessões, item 01 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 20.06.2001.

(a) NEREU MOURA

#### REQUERIMENTO Nº 2014

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a retirada do Projeto de Lei nº 010/99, de autoria do deputado Sérgio Spada, que cria a Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado do Paraná - Agepar, por 10 (dez) Sessões, item 04 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 20.06.2001.

(a) NEREU MOURA

#### REQUERIMENTO Nº 2028

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei nº 272/99, item -5, em 1ª discussão, de autoria do deputado Ademir Bier, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 20.06.2001.

(a) DURVAL AMARAL

#### REQUERIMENTO Nº 2017

Senhor Presidente:

Na qualidade de Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, e tendo em vista a deliberação da Comissão na reunião realizada na data de hoje, venho REQUERER uso do laboratório no Grande Expediente no dia 26 de junho do corrente para ouvir depoimento de representantes da Federação das APAE's.

Sala das Sessões, em 20.06.2001.

(a) ÂNGELO VANHONI

#### REQUERIMENTO Nº 2026

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a prorrogação do prazo de funcionamento da Comissão Especial de Inquérito - CEI, constituída para investigar irregularidades na Sanepar, por mais 60 (sessenta) dias.

Justifica o presente requerimento na necessidade de mais tempo para se concluírem as investigações e se apresentar o relatório final.

Sala das Sessões, em 20.06.2001.

(a) NEIVO BERALDIN

#### REQUERIMENTO Nº 2004

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido nos Anais desta colenda Casa de Leis, voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor João Maria Lisboa, aos 70 anos de vida. Pessoa muito querida pelos seus familiares e amigos, recebeu ampla manifestação de sentimentos em decorrência de seu passamento.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos sentimentos de pesar de sua família. É uma grande perda para todos!

Sala das Sessões, em 20.06.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 2005

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido nos Anais desta colenda Casa de Leis, voto de profundo pesar pelo falecimento da senhora Maria Gaviliki Domakuski, aos 86 anos de vida. Pessoa muito querida pelos seus familiares e amigos, recebeu ampla manifestação de sentimentos em decorrência de seu passamento.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos sentimentos de pesar de sua família. É uma grande perda para todos!

Sala das Sessões, em 20.06.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 2006

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, que seja inserido nos Anais desta colenda Casa de Leis, voto de profundo pesar pelo falecimento do doutor Rômulo Carvalho, aos 84 anos de vida. Pessoa muito querida pelos seus familiares e amigos, recebeu ampla manifestação de sentimentos em decorrência de seu passamento.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos sentimentos de pesar de sua família. É uma grande perda para todos!

Sala das Sessões, em 20.06.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 2016

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do senhor Aujor Mazzalotti Cardoso, ocorrido em 08/06/01, no município de Palmas.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 20.06.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Em 08 de junho de 2001, faleceu na cidade de Palmas, o empresário do ramo de panificação, senhor Aujor Mazzalotti Cardoso, pessoa bastante relacionada de família tradicional daquela região.

Deixou viúva dona Vilma, 06 filhos e 05 netos.

Sua família, a família que adorava, despediu-se do amigo debulhada em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranquilo, pois, saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

Fique certo amigo dileto, de que sua memória ficará viva em nossos corações e que seus exemplos continuarão a nortear nossa vida.

Sua coragem, sua lealdade, sua prudência nunca destemidas são outras tantas qualidades que procuraremos cultivar como homenagem que lhe devemos.

O céu será grande e a paz sobre Aujor, e o seu descanso não terá fim, desde agora e para todo o sempre.

Rogamos ao Pai Todo Poderoso, que conceda aos familiares do amigo Aujor, o conforto necessário neste momento de tristeza e dor, para que possam continuar a longa caminhada com a falta do ente querido.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste parlamentar cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Mazzalotti Cardoso, endereçando a ela voto de profundo pesar.

#### REQUERIMENTO Nº 2023

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de voto de pesar pelo falecimento da senhora Delphina Granville Pelisson, ocorrido no dia 16/06/2001, em Ibiporã, e que seja comunicado à família.

Sala das Sessões, em 20.06.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 2024

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de voto de pesar pelo falecimento do senhor Alberto Negro, ocorrido no dia 20/06/2001, em Ibiporã, e que seja comunicado à família.

Sala das Sessões, em 20.06.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 2011

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao

Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado do Paraná, pela comemoração de seus 58 anos.

Sala das Sessões, em 20.06.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O SIGEP - Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado do Paraná está comemorando 58 anos de sua função. É a entidade que congrega as indústrias do setor gráfico no Paraná.

Em 1º de julho de 1943, o SIGEP teve sua carta reconhecida pelo então Ministério de Estado dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio.

Com sede e foro em Curitiba, é constituído para fins de estudo, coordenação, proteção e representação legal da categoria econômica das indústrias gráficas. Tem como objeto principal o de representar, perante as autoridades administrativas e judiciárias, os interesses gerais de sua categoria econômica, ou os interesses individuais de seus associados. E também o de celebrar os acordos coletivos de trabalho e colaborar com o Estado, como órgão técnico e consultivo, no estudo dos problemas que se relacionem com a sua categoria econômica.

Colabora ainda com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade social e promove a conciliação nos dissídios do trabalho. Atualmente, através da câmara de conciliação prévia, atua na conciliação de conflitos do capital e trabalho.

A indústria gráfica brasileira, de acordo com indicadores do Banco Central, IBGE e ABIGRAF NACIONAL faturou em torno de 6 bilhões e setecentos milhões de dólares no ano de 2000, tendo 14.326 estabelecimentos produtores cadastrados e empregando 197.150 empregados.

Também merece registro que a indústria gráfica brasileira investiu, nos últimos cinco anos, a média de 650 milhões de dólares ao ano, num esforço inequívoco de apropriação de novas tecnologias, para atender às demandas de mercado em virtude da globalização da economia mundial.

Com uma forte presença no setor, o Paraná aparece no quinto lugar no ranking nacional da indústria gráfica em número de estabelecimentos, com aproximadamente 991 empresas em operação, empregando em torno de 6000 pessoas diretamente.

Pela comemoração de seus gloriosos 58 anos, receba o SIGEP (Avenida Cândido de Abreu, 526 - cj. 511 e 512 - torre A - CEP: 80530-905-Curitiba-PR), através de seu presidente José Toaldo Filho, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 2012

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas no

Estado do Paraná - STIG, pela comemoração de seus 90 anos.

Sala das Sessões, em 20.06.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Os trabalhadores gráficos de Curitiba, fundaram, organizaram e desenvolveram a mais antiga entidade associativa de face sindical ainda com vida no Paraná. Trata-se de Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas do Estado do Paraná - STIG, que está comemorando 90 anos de sua fundação.

No início do sindicalismo da era de Getúlio Vargas, os gráficos fundam o Sindicato do Operário e Empregados Gráficos de Curitiba, com a carta sindical datada de 20 de agosto de 1931, assinada por Lindolfo Collor, então Ministro do Estado de Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio. Em 1937, o sindicato altera o seu estatuto social, recebendo nova carta sindical com data de 05 de fevereiro e, em 1942, já nos moldes corporativistas de categoria profissional e base territorial, muda sua denominação para Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas de Curitiba, como está expresso na carta de 21 de outubro daquele ano, para, nos anos seguintes incorporar-se o conjunto da categoria e é estendida a base para todo o território estadual, denominando-se Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas do Estado do Paraná, mantida até hoje.

O sindicato além de manter sua tradição combativa pelas reivindicações e direitos básicos individuais e coletivos, desenvolve atividades assistenciais de apoio familiar, sem se esquecer dos momentos de lazer, mantendo áreas de esportes e recreação na região operária de Curitiba e pousada no litoral do Paraná.

Pela comemoração de seus gloriosos 90 anos, receba o STIG (Rua Basílio Itiberê, 3080, CEP: 80250-160 - Curitiba-PR), através de seu presidente Gilberto Rautt, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 2019

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, votos de congratulações a Adunimar, alusivos a posse da nova diretoria, que ocorreu no último dia 12 de maio.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao presidente senhor Tarcisio Vanderlinde e aos professores Dilmo Antônio Bedin, Alexandre Sebastião Ferrari Soares, Mauro Siqueira Donha, Aladio Zanchet, Valnir Alberto Brandt, Valdir Gregory e Eurídes Kuster Macedo Júnior, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Pernambuco, 1777, CEP: 85960-000, Marechal Cândido Rondon - PR.

Sala das Sessões, em 20.06.2001.

(a) ADEMIR BIER

#### REQUERIMENTO Nº 2021

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de votos de congratulações ao senhor Jorge Guirado e funcionário da TV Tarobá e a senhora Lorita S. Bueno, coordenadora do Provopar de Cascavel pelo evento realizado Dia da Bondade.

Requer ainda, que desta decisão, seja certificado os respectivos homenageados, nos seguintes endereços, TV Tarobá, Rua Tarobá, 06, CEP: 85.807-370, telefone: (045) 220-1100 e Provopar, Rua Paraná, 5000, CEP: 85.801-000, telefone: (045) 321-2367 Cascavel-PR.

Sala das Sessões, em 20.06.2001.

(a) ANTONIO BARATTER

JUSTIFICATIVA:

Em 14 de junho do corrente ano foi realizada a campanha Dia da Bondade em Cascavel, este evento é realizado anualmente onde são arrecadados donativos e repassados para o Provopar onde são repassados para as famílias carentes.

Neste grandioso evento foi arrecadado 50 mil toneladas de produtos, como doações de 350 novos pares de calçados, 10 mil tijolos, telhas, móveis, roupas e alimentos.

Contudo, estima-se que cerca de cinco mil famílias sejam beneficiadas com as doações.

Desta forma, gostaria de parabenizar esta grandiosa campanha onde está beneficiando as famílias carentes, para tanto, o voto favorável dos nobres pares, para realizar esta justa homenagem.

#### REQUERIMENTO Nº 2022

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de votos de congratulações ao senhor Sérgio Carlos Kasprzak, eleito presidente da Associação de Engenheiros e Arquitetos de Cascavel (AEAC), pela sua posse que ocorrerá no dia 01 de julho do corrente ano, no município de Cascavel.

Requer ainda, que desta decisão, seja cientificado o respectivo homenageado, no seguinte endereço, Rua Presidente Bernardes, 1910 Centro, Cascavel-PR, fone: (45) 224-1315, Associação de Engenheiros e Arquitetos de Cascavel.

Sala das Sessões, em 20.06.2001.

(a) ANTONIO BARATTER

JUSTIFICATIVA:

A nova diretoria da Associação de Engenheiros e Arquitetos de Cascavel, tomará posse no dia 01 de julho do corrente ano, para a gestão 2001/2002, sendo o senhor Sérgio Carlos Kasprzak o presidente eleito que será empossado.

A nova diretoria é composta pelos seguintes membros:

Presidente: Sérgio Carlos Kasprzak; 1º vice: Simone Kissula, secretária: Paola Dotto; 2ª secretária: Ingrid Marga B. Nunes; tesoureiro: Sérgio Acir Dilemburg; 2º tesoureiro: Valmor Pietsch; conselho fiscal: Calil Abumansur, Rui Alberto Duponte e Nestor Dalmina.

Desta forma, gostaria de parabenizar toda a diretoria e desejo-lhe sucesso nesta empreitada, solicitando, para tanto, o voto favorável dos nobres pares, para realizar esta justa homenagem.

#### REQUERIMENTO Nº 2031

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Corpo de Bombeiros, alusivos ao dia do Bombeiro a ser comemorado no dia 02 de julho próximo.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao seu comandante coronel Renê Roberto Witek, através de correspondência a ser encaminhada, à Rua Nunes Machado, 130, CEP: 80250-000 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 20.06.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 2032

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à Fetaep, alusivo ao dia do Colono a ser comemorado no dia 25 de julho.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Paraná, Antonio Lúcio Zarantonello, através de correspondência a ser encaminhada à Avenida Silva Jardim, 775 - CEP: 80230-000 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 20.06.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 2007

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor Nelson Justus, Digníssimo secretário de Estado dos Transportes, solicitando a adoção de procedimentos, em caráter de urgência, no sentido de autorizar a recuperação do pavimento das rodovias PR-218, PR-458 e BR-376 nos trechos que interligam os municípios de Astorga/Nova Esperança/Paranavaí.

Da mesma forma, solicita que sejam efetuados serviços para a recuperação da sinalização vertical e horizontal daquelas rodovias que se encontram em precárias condições de orientação aos usuários.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao vereador Paulo Augusto Farina - Câmara Municipal de Rolândia, à Rua Duque de Caxias, 288 - CEP: 86600-000 - Rolândia-PR.

Sala das Sessões, em 20.06.2001.

(a) SERAFINA CARRILHO

#### REQUERIMENTO Nº 2008

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor Nelson Justus, Digníssimo secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja determinado estudos para a construção de dois trevos de acesso na Rodovia BR-376 - trecho urbano do município de Sarandi.

O movimento da Rodovia BR-376 tem sido intenso, principalmente com o tráfego de veículos pesados e o acesso à cidade pela rodovia torna-se bastante perigoso, tendo sido registrado a ocorrência de diversos acidentes com vítimas.

A medida visa oferecer maior segurança aos moradores e aos que ali trafegam.

Sala das Sessões, em 20.06.2001.

(a) SERAFINA CARRILHO

#### REQUERIMENTO Nº 2009

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ministério da Justiça, senhora Elizabeth Susekinde, secretária Nacional de Segurança Pública, solicitando a construção de duas penitenciárias federais no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 20.06.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Não é mais novidade a notícia de que o caos está instalado na área de segurança pública no nosso Estado. Não bastasse a violência com que convivemos dia-a-dia no Paraná, o Estado ainda tem sido palco de seguidas rebeliões nas penitenciárias espalhadas por todo o nosso território. Além disso são constantes as fugas de delegacias e presídios superlotados, que não comportam o excessivo número de presos.

Não podemos mais conviver com esta realidade. Como cidadãos paranaenses, temos o direito à segurança (que é cada vez mais inexistente, já que o crime organizado está sendo comandado de dentro dos presídios). Como seres humanos, não podemos ficar alheios àqueles que estão em celas lotadas, em condições desumanas de sobrevivência.

O sistema penitenciário está falido e uma rebelião é eminente o tempo todo, já que a sua realização é de uma facilidade que espanta até os mais experientes. Além da busca da liberdade, há sempre o estopim da deflagração da rebelião: a superlotação das prisões.

A situação é urgente. Os presídios são verdadeiras bombas prestes a explodir, colocando em risco a população que, mais indefesa ainda, está aqui fora.

Sabemos que o Governo Federal tem intenção de construir dez presídios espalhados pelos países, nos Estados com maior demanda para presos da área federal e os de alta periculosidade. Estas penitenciárias federais comportarão no máximo 150 presos e sua construção não necessitará de contrapartida estadual, bastando solicitação formal para sua construção.

Este legislativo estadual tem o dever de auxiliar a resolução dos problemas de superlotação de cadeias e presídios e esta é uma alternativa que se apresenta neste momento. Para isso, estamos solicitando o envio urgente de expediente ao Ministério da Justiça - senhora Secretária de Segurança Pública - senhora Elizabeth Susekind (Ministério da Justiça - Esplanada dos Ministérios - Bloco T - 4ª andar - 70064-900 - Brasília-DF), pedindo a construção de duas penitenciárias federais no Estado do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 2029

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, após ouvido o Plenário desta Casa de Leis, atendendo solicitação da Câmara Municipal de Londrina, através de seu presidente, senhor Tercílio Luiz Turini, e 1º secretário, senhor Hélio Cardoso, REQUER seja encaminhado expediente ao senhor secretário de Estado da Administração e Previdência, doutor Ricardo Augusto Cunha Smijtkink, para que não seja fechada a sede do Instituto de Previdência do Estado (IPE) de Londrina-PR.

Sala das Sessões, em 20.06.2001.

(a) GERALDO CARTÁRIO

#### REQUERIMENTO Nº 2025

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de votos de expediente ao Excelentíssimo senhor Alcení Guerra, chefe da Casa Civil, solicitando as seguintes informações:

- qual a relação institucional que o governo tem com as Associações Micro-regionais de municípios;
- em que base legal o governo se sustenta para efetuar repasse às Associações;
- quando se iniciou este processo de transferência;
- declinar as parcelas transferidas, bem como as respectivas datas e a forma em que se efetivou a cada uma das Associações Micro-regionais;
- se o Executivo efetua ou se efetua transferência a outra entidade do gênero e, em caso positivo, informar quais as entidades beneficiadas, o embasamento legal e as respectivas parcelas e datas de repasses.

Sala das Sessões, em 20.06.2001.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA

EDSON STRAPASSON

#### REQUERIMENTO Nº 2030

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER de Vossa Excelência se digne solicitar à Associação de Integração Pró-Estrada do Colono - AIPOPEC, as seguintes informações:

- a) quanto arrecadou com pedágio para o trânsito na Estrada do Colono,
- b) quanto arrecadou coma exploração dos serviços de balsa para travessia do Rio Iguaçu;
- c) se existem, quanto arrecadou com outros serviços;
- d) que destinação tiveram os recursos provenientes dessas atividades.

Sala das Sessões, em 20.06.2001.

(a) MARCOS ISFER

#### Projetos de Lei:

##### PROJETO DE LEI Nº 257/2001

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Centro de Recuperação e Apoio Shalon House, com sede e foro no município de Pinhais-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.06.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

#### JUSTIFICATIVA:

O Centro de Recuperação e Apoio Shalon House, foi criado no dia 15 de abril de 1999, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de caráter assistencial, educacional, com sede à Rua D. Aristeu de Castro Fernandes - CEP: 83.331-160 - Vila Antonieta - Pinhais-PR.

O Estatuto Social do Centro de Recuperação e Apoio Shalon House está registrado sob o nº 023/MI do livro A-1 no Registro Civil de Pessoas Jurídicas - Registro de Títulos e Documentos Karen Lúcia Cordeiro Anderson, em 08 de junho de 1.999, sendo a entidade cadastrada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob nº 02.635.742/0001-19.

O Centro de Recuperação de Apoio Shalon House, tem por finalidade:

- preparar a criança para se integrar na família;
- prepará-la para viver na sociedade;
- fazer com que se encontrem com Deus, independente de credo religioso;
- proporcionar profissões alternativas;
- ensinar as crianças e adolescentes a integridade;
- ensinar solidariedade;
- direito à inserção social;
- agir com ética na sociedade;

- etc.

No ano de 2000, o Centro atendeu 19 (dezenove) crianças, cumprindo suas finalidades estatutárias, conforme relatório de atividades em anexo, fornecido pela entidade.

Devido às inúmeras dificuldades enfrentadas pelo Centro de Recuperação e Apoio Shalon House, sua diretoria e colaboradores estão solicitando a declaração de Entidade de Utilidade Pública, para facilitar as atividades da mesma, inclusive a viabilização de recursos e apoio da comunidade empresarial, bem como de órgãos públicos.

Diante do exposto, segue documentação exigida para a respectiva declaração, e esperamos contar com o apoio e aprovação do presente projeto de lei.

**PROJETO DE LEI Nº 258/2001**  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a Fundação Universidade Estadual da Comunidade dos Municípios de Campo Mourão - UNESCAM, com sede e for na cidade de Campo Mourão, reunida e integrada a Faculdade Estadual de Ciência e Letras de Campo Mourão.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.06.2001.

(a) NELSON TURECK

**JUSTIFICATIVA:**

Em 1972, foi fundada a Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão, tendo como mantenedora uma Fundação referente à mesma. Iniciou suas atividades com três cursos: Pedagogia, Letras e Estudos Sociais Licenciatura Curta. Cada curso ofertava 80 vagas, abrigando então, em seu primeiro momento, cerca de 240 alunos.

Os registros dos primeiros cursos, efetivaram-se em 1977.

Em 1979, houve a inclusão de mais de três cursos: Administração, Ciência Econômica e Ciências Contábeis, ofertando também 80 vagas cada. Em 1984, o curso de Estudos Sociais, transformou-se no curso de Geografia Licenciatura Plena.

A Faculdade, em 1987, passa a ser instituída pelo Governo Estadual, mudando sua denominação para Faculdade de Ciência e Letras de Campo Mourão.

Em 1977, houve a inclusão de mais dois cursos: Engenharia de Produção Agro-Industrial e Matemática.

Atualmente, a FECILCAM oferece oito cursos de graduação, contemplando 2.022 alunos, distribuídos da seguinte forma, em 37 turmas:

CURSOS-GRADUAÇÃO	ALUNOS
Administração	388
Ciências Contábeis	408
Ciências Econômicas	360
Engenharia de Produção Agro-Industrial	80
Educação Matemática	79
Geografia	232
Letras	223
Pedagogia	252
Total	2.022

Cerca de 46% dos alunos da Instituição pertencem aos 25 municípios da região, os mais agregam a Micror-região 12 - COMCAM.

Campo Mourão	1.092
Outros Municípios	930
Mestrados	60
Pós-Graduados	879
Fac.Aberta P/3ª Idade	20
Colégio Agrícola	88
Total Geral	3.069

Hoje, a FECILCAM atende à comunidade dos municípios da COMCAM com a população de 406.191 habitantes distribuídas em 25 municípios, além de atender, também, demanda nacional. São oriundos de seu quadro, acadêmico de várias cidades do Paraná e de vários outros Estados do País.

Estruturou-se para o projeto de Universidade com uma série de medidas, entre as quais:

- criação de centros de pesquisa;
- cursos novos, com atendimento à demanda regional (Engenharia de Produção Agro-Industrial - o 1º do Estado e o 2º do País, Matemática - numa circunscrição educacional onde a carência de professores na área era de 98%);
- oferta de mestrados interinstitucionais (abrangendo o nº de 49 mestrados da Instituição, o que corresponde a mais de 60% de ser quadro - exigências de LDB para criação de Universidade);
- inserção na comunidade: oferta e prestação de serviços, estudos e pesquisas que amparam o desenvolvimento sócio-econômico da comunidade, convênios e parcerias com diversas Instituições;



Movida por forte anseio comunitário e pelo efetivo das lideranças políticas, empresariais, religiosas, da imprensa etc. a FECILCAM não pode mais esperar. A transformação em Universidade lhe dará condições de se colocar verdadeiramente no bojo do desenvolvimento do país, localmente da COMCAM, cumprindo seu papel de articuladora do avanço social e tecnológico.

A região da CONCOM é forte política e economicamente, e precisa, portanto de um instrumento que a capacite, que a organize, que a faça transcender em seus limites, oportunizando o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida. É impossível frear o ritmo desse desenvolvimento que espontaneamente brota; é, fundamental, portanto, a presença de uma Universidade forte, solidária e comprometida com o desenvolvimento humano, físico, com a ciência, a tecnologia e a cidadania.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Antes de entrarmos no Pequeno Expediente, quero participar aos senhores parlamentares que o Departamento Legislativo já analisou o Projeto 248/2001 da iniciativa popular, que trata da revogação da Lei nº 12.355 de 08/12/98, sobre a alienação de ações da Copel. Esta Presidência, hoje, já está encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra à deputada Luciana Rafagnin.

#### A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Senhor presidente, senhores deputados, companheiros e companheiras.

Uso da tribuna para falar de um tema que acredito seja do interesse de todos os deputados, do Estado do Paraná e do Brasil, que é a Educação.

Quando discutimos políticas públicas, o principal tema que acredito ser importante e que mereça grande atenção, que mereça prioridade, é a Educação. Sabemos que a Educação é o alicerce para o maior desenvolvimento de um país. Fico pensando e faço uma reflexão: como seria o Estado, como seria o País, como seria o mundo, sem a Educação, sem escolas, sem professores? Como existiriam os banqueiros, os bancários, os comerciantes, os empresários, os políticos, os profissionais liberais? Como funcionaria a informática?

Portanto, acredito que é consenso que a Educação tem que ser prioridade. Só que não é isto o que vemos aqui no Estado do Paraná, onde promessas foram muitas, mas, ação ou propostas concretas, quase nada! Lembro aqui, de algumas das principais propostas do governador: salário digno para os professores, recuperação da dignidade profissional, data-base para recuperação das perdas salariais, eleições diretas para professores...

Talvez seja necessário lembrarmos o governador. Acredito que deva ter esquecido dessas principais promessas, pois já faz tanto tempo e com isso, a defasagem salarial já passa de 50%.

A Educação do Paraná já está completamente sucateada; o que vemos é a desmotivação dos professores pelos baixos salários, pela insegurança das leis que mudam rapidamente, quando é para suprir seus direitos.

Temos, nos colégios, falta de carteiras, de cadeiras. Na verdade, temos falta de um governo que sinta que a Educação é fundamental.

Por isso, digo que é necessário e urgente que esta Casa de Leis aprove - e rapidamente, o PCCS e também que votemos, como vamos votar, no dia de hoje, com certeza, o Projeto nº 332/2000, que estabelece eleições diretas nas escolas.

Com isso, estaremos contribuindo para a democracia do nosso Estado.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente ainda, concedemos a palavra ao deputado Nelson Tureck.

#### O SR. NELSON TURECK

Senhor presidente Hermas Brandão, senhores deputados. Representamos a região Centro-Oeste do Estado do Paraná, a Candoze, em nosso segundo mandato. Sempre defendemos o programa do governo do Estado do Paraná, onde aprovamos recursos do Proem. E quando visitamos as nossas escolas do interior, podemos ver laboratórios de informática, bibliotecas, escolas reformadas, quadras cobertas.

Estive recentemente no município de Goioerê, onde existe escolas que há vinte anos não recebiam recursos. Na verdade as escolas estavam todas danificadas, sem pintura, apodrecendo. E hoje, nós vemos ali escolas que dá gosto de você visitar. É o professor ministrando as suas aulas, é o aluno que vai àquela sala de aula.

E hoje, quero dizer aqui, Alborghetti, daquilo que eu defendia, eu que fui professor, que tenho uma esposa professora há vinte e sete anos, uma filha professora, que graças, ao reconhecimento dos partidos políticos de Campo Mourão, ao reconhecimento daquilo que eu pregava, daquilo que defendia, dos projetos do Governo do Estado do Paraná, do governo Jaime Lerner, os programas de financiamento do Paraná Urbano, as cidades mudaram, ficaram mais bonitas. Não tem uma cidade no Paraná que não recebeu programa de investimentos. Nós temos as creches que foram construídas pelo programa, através da Fani Lerner. Só em Campo Mourão, foram 12 creches construídas.

Nós temos as vilas rurais hoje, um exemplo de Brasil, um exemplo de País de primeiro mundo, aonde nós vemos ali a alegria e a flexibilidade daqueles vilesiros que têm cinco mil metros de construção de casa e cinco mil metros de terreno, e que pagam uma prestação de 18 reais.

Senhores deputados, para deixar registrado hoje, o governo Jaime Lerner será homenageado pelo município de Campo Mourão, pelos vereadores do PPS, do PDT,

PFL e do PMDB e para deixar registrado, do PT também, o reconhecimento dos programas do Governo Jaime Lerner no município de Campo Mourão, que deram o aval, dando um título de cidadão honorário ao secretário do Desenvolvimento Urbano, Lubomir Ficinski e à primeira dama do Estado do Paraná, Fani Lerner.

É por isso que sempre defendi o Governo; nós defendemos tantas obras importantes realizadas pelo governo no interior do Estado do Paraná. E hoje, com alegria, vejo, através da Prefeitura de Campo Mourão, que tem ali o prefeito que é do PPS, que reconhece o Governo do Estado do Paraná.

E eu não poderia, de forma nenhuma, deixar de registrar nesta Casa, Moysés Leônidas, esse reconhecimento de todos os partidos políticos, inclusive do PSDB de Campo Mourão, assinando o reconhecimento de gratidão ao governador e aos seus secretários.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Deputado Waldyr Pugliesi, no Pequeno Expediente.

**O SR. WALDYR PUGLIESI**

Senhor presidente, senhores deputados.

Acabo de ouvir o pronunciamento do deputado Nelson Tureck, elogiando a ação do Governo do Estado, que os partidos reconheceram a atuação do governo de Jaime Lerner, tanto é que se somaram nesse procedimento.

Deputado Nelson Tureck, eu gostaria de ver essa mesma situação, em relação por exemplo, ao problema das Polícias Civil e Militar, que estão extremamente descontentes com o governo.

Gostaria de ver Vossa Excelência defendendo, por exemplo, a atuação do governo no caso Copel. Vossa Excelência alinha alguns membros de partidos em determinada localidade, em um gesto, que acredito muito mais de gentileza protocolar, do que reconhecimento mesmo, pela atuação do governo.

Gostaria de ver Vossa Excelência se pronunciar em relação àquilo que a Igreja Católica está dizendo em relação à privatização da Copel, aquilo que as Igrejas Evangélicas, pelo menos parte delas, também estão dizendo.

Gostaria que Vossa Excelência falasse a respeito da reprimenda que o Governo do Estado está recebendo, quando 90% da população diz, em todos os cantos do Paraná, que não concorda com a venda da Copel. Gostaria de ver esta mesma atuação, em relação àquilo que o governo produziu, no caso do Banestado, com denúncias e mais denúncias de irregularidades muito grandes.

Gostaria de ver esse apoio que Vossa Excelência colhe nessa cidade, de fragmentos partidários, em relação à atuação do Governo, no caso da Ferroeste, da Sanepar, da Copel, enfim, de tudo isto que está acontecendo.

Neste exato momento, a Federação do Comércio do Estado do Paraná está se colocando contra a atuação governamental.

O que estão fazendo os agricultores, que vieram aqui nesses dias, agradecer aquilo que através de um projeto do presidente da Casa, estão eles finalmente tendo o apoio que deveriam ter.

Na realidade, este Estado precisa ser revisado totalmente. Tanto é, que estamos vendo nas galerias, segmentos da sociedade paranaense, que não concordam com aquilo que o Governo está introduzindo para eleger os diretores das escolas. Esse pessoal todo que está aqui, deputado, não concorda com a atuação do Governo, que na realidade, em todos os campos de atividade, está omissa. Depauperou a economia do Estado do Paraná.

Tínhamos no tempo que o Requião assumiu o Governo do Estado, uma dívida de 1 bilhão, quatrocentos milhões de reais. Hoje essa dívida, no nosso entendimento, bate a casa dos 15, 16 bilhões, e olha lá que venderam o Banestado, que venderam parte da Sanepar, parte da Copel. Com todos esses ativos sendo demonstrados, a dívida deu um salto monumental!

Portanto, no nosso entendimento, se alguns êxitos foram alcançados, é porque muito dinheiro de fora veio para cá, através, principalmente, do Paraná Urbano, que nasceu lá nos governos do PMDB.

Agora, o governo que Vossa Excelência sempre defende, e que nós nem sempre criticamos, também elogiamos vez ou outra, nos seus acertos - precisa se reciclar, porque ele desgosta os professores, o funcionalismo público que não tem aumento há não sei quantos anos, as promessas que foram feitas aos professores que vieram de Ponta Grossa até Curitiba, a pé, para reivindicar os direitos, a reposição salarial. Nem era aumento!

Então, que fique bem claro aqui que a nossa posição é de crítica ao Governo, que tem medo da CPI dos Grampos, que tem medo da CPI dos Pedágios, que tem medo de tantas outras CPI's, como a Copel, Sercomtel, é um governo que está ilhado, minoritariamente. É maioria aqui dentro da Casa, mas na rua é minoria.

Acredito que só a sociedade organizada e mobilizada é que vai encontrar o caminho que interessa a todos nós, principalmente nesse caso da Copel. Estou conclamando as lideranças que estão aqui, para que se somem nessa batalha, que é de todos nós. Estão querendo fazer com que o nosso amanhã não tenha a luz que merece! Vender a Copel é saltar no escuro, em direção ao apagão! Por que não ficarmos com a Copel?

Convidamos a sociedade do Paraná, através dos empresários, que se somem em parcerias, para que possamos ter energia, para sermos donos do nosso nariz, no dia de amanhã. Não ficamos como estamos, via governo federal, de cócoras, agachamos, diante do Fundo Monetário Internacional, aquele que cada vez mais consegue receber, para o Sistema Financeiro Internacional, bilhões e bilhões de dólares, todos os anos!

Nos últimos dois anos o governo - o povo brasileiro, pagou 200 bilhões de dólares, principalmente dos juros da dívida e do principal, aqui, ali, que foi diminuindo. Mas conseguimos bater todos os recordes possíveis, nessa direção ao descalabro.

A minha esperança é de que no caso que vem, com novas eleições...

#### **O Sr. Nereu Moura**

Vossa Excelência concede-me um aparte?

**(Assentimento)**

Deputado Pugliesi, Vossa Excelência, com toda a propriedade, é um deputado experiente, firme, nos honra muito ser seu companheiro, não só de partido, mas de lutas e batalhas durante a nossa vida pública - aborda, essa questão da Educação no Paraná. E também, coloca a nossa posição em relação ao pronunciamento do deputado Nelson Tureck.

Com relação ao Título de Cidadão Honorário, que teria sido aprovado na Câmara Municipal de Campo Mourão ao secretário Lubomir Ficinski, não dá para levar em consideração.

Aqui mesmo, nesta Casa, quantas e quantas vezes foi aprovado título e nem criamos constrangimento ao aprová-lo, de pessoas que não o mereciam, para não criar constrangimento ao proponente e à pessoa que estaria recebendo. Ter um título de Cidadão Honorário não é motivo de ficar "garganteando" e arvorando realizações.

O fato é que o Proem, que foi citado foi com dinheiro emprestado do Banco Mundial. Além disso, o Proem fechou as escolas técnicas do Paraná: magistério, contabilidade - fechou e demitiu. Isso atentou contra a qualidade do ensino do nosso Estado, contra os nossos professores.

O Paraná Urbano, Vossa Excelência já falou: é com dinheiro emprestado. Então, não tem o que ficar "cantando de galo", quando esse governo, deputado Pugliesi, está na defensiva. Aliás, não está na defensiva, está escondido, porque não tem o que mostrar e não tem como se defender das suas atitudes bisonhas, anti-povo. É um governo que, infelizmente, parece não existir povo; ele governa para ele e seus súditos. Assim são as atitudes do governador Jaime Lerner.

Essa atitude da secretária da Educação, de determinar as eleições de diretores, por decreto, é simplesmente uma grande vergonha, desrespeitando a classe do Magistério do Paraná, dos profissionais da área de Educação, os pais e alunos, desrespeitando toda a discussão que foi feita para a elaboração da eleição direta para diretoria de escola, a secretária Alcyone Saliba orientou o governador para fazer um decreto antecipando a decisão da Assembleia Legislativa, passando por cima da Assembleia, querendo colocar "goela abaixo" a eleição da escolha dos diretores de colégio.

Então, é esse o governo; não tem o que falar dele. Aliás, pelo contrário, só tem que falar mal, porque é um

governo que não existe para nós, a não ser para fazer coisas erradas para o povo do Paraná.

Muito obrigado.

#### **O SR. WALDYR PUGLIESI**

Agradeço o aparte do meu caro companheiro, deputado Nereu Moura. A respeito desse assunto, espero que o professor deputado Irineu Colombo, com muito mais propriedade que nós, certamente se pronuncie a este respeito.

Então, num país de analfabetos, estamos com 30.000.000 de analfabetos; um país onde a fome é plantada pela classe dominante, em todos os recantos do país, o professor é tratado dessa maneira! Professor deveria ficar numa posição, nós que somos contra os privilégios, mas me permitam dizer, os professores, a educação, a cultura, a escola, a universidade, todo esse conjunto, deveria ficar no altar da Pátria, como a garantia do nosso futuro, e são tratados dessa maneira!

Um país que volta as costas aos professores, pra onde é que vai? O argumento é que não existe dinheiro para isso, para aquilo. Existe sim!

Nós temos uma posição muito clara em relação a essa problemática. Não sei como um país que quer ser alguém, no século XXI, trata o professorado, os profissionais da área, aqueles que pesquisam, que vivem ao redor da Educação, dessa maneira! O Governo se desmerece! Como são raquíticos milhões de brasileiros que são jogados na fome, por causa das imposições que se submete, de maneira bovina, o governo brasileiro, que é muito forte, por exemplo, para tomar medidas contra os trabalhadores sem-terra, mas não faz nada contra os banqueiros. Então são dois pesos e duas medidas. Está muito claro para nós!

Senhor presidente, eu concedo, me permita, o aparte ao deputado Nelson Tureck, dentro do horário do PMDB.

#### **O Sr. Nelson Tureck**

Eu agradeço, nobre deputado, e quero dizer que tenho uma admiração muito grande por Vossa Excelência, que já foi prefeito de uma cidade importante, no Paraná, Arapongas, assim como eu já fui prefeito da cidade de Luisiânia.

A política tem dois lados, deputado, é igual à natureza: nós temos o calor, temos o inverno; temos o açúcar; temos o sal; e certo, o errado; temos o fraco e o forte.

Eu, como deputado que já fui vereador, prefeito, agora deputado pela segunda vez, nós que fomos do Executivo, a maior alegria de um prefeito - e Vossa Excelência sabe disso, era quando dávamos um aumento para o funcionário público, quando tínhamos condições de dar um aumento para o nosso professor, que é o nosso guia para um futuro melhor. Era a minha maior alegria. Lembro-me um dia quando o meu professor de planejamento deu 30% de aumento, eu olhei como é que estava a receita e falei: dá 40%! O nosso professor merece, porque

é ele que ensina que transmite o respeito aos nossos filhos.

Pois bem, o governo do Estado, todos nós sabemos, que com a queda da Lei Kandir, por ser um Estado totalmente agrícola, acabou caindo sua arrecadação. Nós que somos professores, defendemos o professor a vida inteira, olhando um balanço do Estado, uma arrecadação, sabemos que ele não tem condições de dar um aumento ao professor. Eu nunca fiz campanha ao funcionário público dizendo: vote em mim para deputado que eu vou aumentar o seu salário. Não temos condições para isso, quem pode fazê-lo é o Executivo, e é claro que o governo Jaime Lerner, se tivesse condições, estaria dando esse aumento ao professor.

E quanto ao deputado Nereu Moura, com muito respeito, Nereu, assim como o deputado é contra o governo do Estado, eu tenho obrigação de defender porque se eu não defendê-lo pelas obras e pelo projeto que eu levei para o interior como deputado, pelas obras do governo Jaime Lerner que eu levei para a região da Concam, eu não estaria aqui hoje com 28 mil votos.

Então, eu não estou dando uma de galo, eu estou sendo sincero com o governo, daquele que atende as reivindicações dos meus prefeitos, dos meus vereadores, dos meus diretores de escola e dos pequenos agricultores.

Será que eu estou cantando de galo, quando falo aqui: 70 milhões do Governo Jaime Lerner investido em Campo Mourão que, somados os três governos, não deu o investimento que o Jaime Lerner fez.

Então, eu tenho que deixar registrado isso, pelo meu povo que vota, pelos 25 municípios, pelos vereadores por aquela comunidade, porque se eu não fizer esse trabalho, o que eu estou fazendo aqui? Assim como vocês, que criticam o Governo, e nós que somos do governo, que temos prefeito, temos que defender o governo, pelas tantas coisas que esse governo Jaime Lerner fez no Estado do Paraná.

Não posso, pois, jamais me calar.

#### O SR. WALDYR PUGLIESI

Gostaria de dizer ao deputado Nelson Tureck que fizemos aqui o jogo democrático, jogo parlamentar. Vossa Excelência é um deputado que apóia o governo, exalta aquilo que acha que são feitos notáveis. A nós, cabe o quê? Contraditar! Nós somos Oposição! Nós somos minoria nesta Casa, maioria nas ruas - não concordamos com a política neoliberal, neoentreguista do governo federal nem do governo estadual.

Agora veja Vossa Excelência, eu fui prefeito três vezes, como Vossa Excelência também. E nós começamos a ver no nascedouro, aqueles projetos que hoje têm o nome, por exemplo, de Paraná Urbano. Veja bem. O seu governo, nesse período, aplicou 429 milhões de dólares; é dinheiro! Então, espera lá. Será que conseguiriam fazer esse dinheiro sumir como sumiu lá do Banestado, das estripulias que praticaram dentro do Banestado? Não, não

é possível fazer com que o dinheiro desapareça também de todos os cantos!

Então, não é feito notável nenhum esse desempenho que se possa ter com o aporte de bilhões de reais.

Veja bem. Desativou-se uma série enorme de coisas aqui no Paraná, pegou-se esse dinheiro para fazer o quê? Por exemplo: vocês acham que é fácil gastar 500 milhões de reais em publicidade, em propaganda, muitas vezes enganosa e mentirosa, como nós estávamos vendo outro dia em relação à Copel?

Se esse dinheiro tivesse sido gasto, por exemplo, no atendimento das reivindicações e categorias, como as dos professores, nós teríamos outro Paraná.

É muita propaganda e eu já falei, o auto-elogio em boca própria, é claro, vitupério.

O Paraná caminha dessa maneira; nós estamos nesse confronto. Ainda bem que nós temos aqui o Parlamento, porque venho de um tempo, - desde moço, quando nos rebelamos contra os atos ditatoriais; era proibido falar sobre salário e nós falávamos; era proibido se reunir e nós nos reuníamos. Nós fizemos o quê? Fizemos o nascimento da ação que derrotou a ditadura! Hoje, nós temos um Parlamento! Muitas vezes ele abre mão até das prerrogativas que são suas, se apequenando diante do Executivo, como muitas vezes aconteceu, inclusive aqui nesta Casa.

O Parlamento é isso: o contraditório.

Concedo o aparte primeiramente ao deputado Neivo Beraldin, logo em seguida ao deputado Cezar Silvestri.

#### O SR. NEIVO BERALDIN

Agradeço o aparte. Quero dizer-lhe que nós estamos diante de uma situação diferente no Paraná: antes do governo Lerner e depois do governo Lerner.

Veja bem, que Vossa Excelência vai perceber, porque já disse na tribuna, o que o governo gastou com publicidade:

- em 96, 30 milhões;

- em 97, ele gastou 85 milhões, em publicidade e propaganda;

- em 98, ele gastou 117 milhões, em publicidade e propaganda;

- em 99, ele já gastou 134 milhões.

Para onde foi esse dinheiro? Foram para 4 agências de propaganda, que nós, inclusive, fizemos um requerimento e aprovamos ontem aqui, porque queremos saber: quanto foi para cada agência de propaganda e para que veículo de comunicação foi esse dinheiro?

Disse antes do governo Lerner e depois, porque antes não havia um desmonte do Estado, como está acontecendo agora.

Agora, vendeu-se mais de 25% das ações da Copel. Não sei direito informar ao Plenário se são 2 bilhões ou mais, ou alguma coisa menos, mas esse

dinheiro veio para o Estado, ingressou no Estado e não se sabe para onde foi.

Parte da Sanepar foi vendida, esse dinheiro ingressou e não se sabe para onde foi.

Os royalties de Itaipu foram antecipados. Quanto dinheiro entrou no caixa? Ninguém sabe para onde foi.

A questão do Banestado, que nos deixou uma dívida a ser paga em 30 anos, 4 bilhões e 25 milhões de reais. A prestação hoje é em torno de 30 milhões de reais por mês.

Logo, vamos notar que esses 30 milhões são menos dinheiro na mão do governo para dar aumento ao funcionalismo, para dar melhor atendimento na área da saúde, para dar atendimento na área da segurança pública.

Então, estamos diante do caos, não apontado pelos deputados, mas pelos técnicos do Tribunal de Contas que escreveram: “o governo vai de mal a pior, não há como formar juízo”. De que maneira ingressou o dinheiro de venda de ativos do Estado e como saiu?

Olha, deputado Waldyr Pugliesi, nós sabemos que, se tivermos duas casas e vendermos uma, temos que declarar no Imposto de Renda que vendemos uma.

O Governo não declarou! Então, é um péssimo exemplo de administração. Como é que ele vende ativo do Estado e não declara ao Tribunal de Contas e que cabe à Assembléia aprová-la ou rejeitá-la. Então, estamos diante de um feito histórico: jamais o Paraná viveu uma situação como hoje, uma situação preocupante, sobretudo para quem tem vocação para ser um homem público, sobretudo para quem enxerga com os olhos a população que precisa de governo. E estamos vendo, aqui, um governo que precisa fazer um bom negócio para si próprio e para sua equipe.

Era isso. Obrigado pelo aparte.

#### O SR. WALDYR PUGLIESI

Agradeço a sua intervenção. Os dados fornecidos são contundentes.

Para finalizar, concederia um pequeno espaço ao deputado Cezar Silvestri.

#### O Sr. Cezar Silvestri

Queria colocar minha posição e também fazer um apelo ao deputado Nelson Tureck, que conheço, sei que é um deputado extremamente batalhador, trabalhador pela sua região; trabalhamos na mesma região, o Centro-Oeste do Paraná e a região central do nosso Estado. Com certeza um dos deputados mais esforçados e que mais benefícios tem levado à sua região. E tem sido coerente, concordo, e talvez tenha sido, nesta legislatura e na passada, um dos únicos deputados que vêm defendendo veementemente o Governo, mas quero lhe fazer um apelo. Ele falou em coerência, que é professor, que a sua filha é professora; apelar ao deputado Nelson Tureck: agora, na Sessão Extraordinária, teremos a oportunidade de fazer com que a grande conquista dos nossos professores - que

através de uma lei do ex-deputado estadual Rubens Bueno, da terra do deputado Nelson Tureck, Campo Mourão, instituiu as eleições diretas para os professores e que infelizmente agora o Governo do Estado está querendo tirar esse direito por decreto! E hoje, inclusive, teremos a oportunidade de, na Sessão Extraordinária, restabelecermos esse direito democrático que os professores conquistaram: votando contra a mensagem governamental. Vote junto com os professores e contra a mensagem do governo, agora na próxima Sessão Extraordinária.

Obrigado.

#### O SR. WALDYR PUGLIESI

Agradeço o aparte e o apelo que o deputado Silvestri faz, ao deputado Nelson Tureck; esse orador também o faz, de maneira veemente.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Algaci Tulio.

#### O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, senhores deputados.

Atendendo a um apelo do deputado Geraldo Cartário, faço uso do Pequeno Expediente e não da Liderança do PTB, da qual não pertenço mais, mas do Partido do PTB eu pertenço, com muito orgulho.

Hoje pela manhã participamos de dois eventos importantes na Casa. Um deles, na Sala das Comissões, outro no Plenarinho da Assembléia Legislativa, onde tratamos de assuntos referentes à questão da Educação no Estado do Paraná. Na reunião que tivemos na Sala das Comissões foi para tratar da questão das APAE's que estão passando por enormes dificuldades em consequências do não repasse de verbas da Secretaria Estadual da Educação, que está levando essas entidades ao caos, está deixando os seus diretores, que fazem um trabalho abnegado, um trabalho voluntariado, em situação bastante difícil, chegando até aos Tribunais do Trabalho em consequência das rescisões trabalhistas que estão acontecendo, e pela falta desse repasse.

Recebemos o Doutor José Alcides, Presidente da Federação Brasileira das Instituições Excepcionais de Integração Social e de Defesa da Cidadania; a professora Nilda Loyola Gonçalves, o professor Benedito Bacetti, presidente da Associação Curitiba de Apoio e Integração do Excepcional na Área Mental; professora Marisa Cella, professor José Domiedich, presidente das APAE's do Estado do Paraná, professor Jamil Elias, presidente da Fundação de Assistência à Criança Excepcional e professora Marli Rosa Muller da Federação das APAE's.

Essas pessoas todas vieram trazer à Comissão de Educação, um relato da situação crítica que estão enfrentando, além do fato de o governo do Estado não estar repassando às entidades, também está deixando de atender a cessão de professores para essas entidades.

Só para se ter uma idéia, são quatro mil professores que têm que atuar dentro dessas entidades sociais.

No ano passado, a despesa foi de 36 milhões de reais. Para este ano, está avaliada em aproximadamente 40 milhões, e para o próximo ano, 55 milhões. Ocorre que a secretária da Educação, na sua maneira de pensar e de tratar a Educação, tenho dito que ela é muito mais, como secretária da Educação, uma economista, porque ela trata a educação no Paraná, pensando na economia e não tratando do investimento. Se já temos os problemas com a área normal de educação, imaginem os senhores a dificuldade que temos na área dos excepcionais.

É necessário que o governo reveja as posições que são tomadas pela Secretaria da Educação. É necessário que o governo repense melhor essas posições, sob pena de que vamos levar à falência todas essas entidades que estão ligadas à APAE.

Estou encerrando. Depois, o deputado Vanhoni, para concluir, trazendo mais detalhes, mas quero dizer que estamos solicitando para a próxima terça-feira a liberação do Grande Expediente desta Casa, para que os representantes dessas entidades possam vir aqui expor aos parlamentares a gravidade em que se encontram as APAE's.

É uma coisa muito séria, é uma área de muita fragilidade e que precisa ter a sensibilidade do governo e especialmente da secretária, se bem que eu tenho dificuldade em encontrar nela sensibilidade, mas de qualquer maneira, vamos tentar sensibilizá-la.

Estamos pedindo o plenarinho, para quarta-feira, a partir das 9 horas da manhã, para fazermos um amplo debate a respeito da educação especial.

Esta Casa precisa se envolver. Há um apelo das entidades para que os senhores parlamentares coloquem nas emendas do Orçamento do ano vem, verba no sentido de que elas possam ter condições de assumir os compromissos de rescisões trabalhistas, que são em volume extraordinário, e que vão exigir, - acima de tudo, condições financeiras para poder arcar com essas condições.

O fato de levar a educação especial para o Paranaeducação é uma situação crítica e tem que ser muito bem analisada e afinal de contas, educação não tem cor partidária mas tem ação política de cada um dos parlamentares. É necessário que os senhores parlamentares tomem ciência do relato que farão aqui os dirigentes dessas entidades; que participem na quarta-feira, pela manhã, do debate que haverá no Plenarinho, para sentirem a situação crítica pela qual passam essas entidades.

Para que possamos, através desta Casa, encontramos mecanismos para amenizar pelo menos os problemas e sensibilizar a senhora secretária da educação, que, para mim, é muito mais economista do que secretária da educação, possam evidentemente verificar a situação crítica pela qual passam essas entidades.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Não tendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente e nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças:

No Horário da Liderança do PST concedo a palavra ao Deputado Divanir Braz Palma.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Senhor presidente, nobres pares, senhoras e senhores e em especial, professores que estão nos visitando nesta tarde. É um prazer recebê-los nesta Casa.

Estou ocupando a tribuna para fazer a defesa de um projeto que entendemos da maior importância para o desenvolvimento do nosso Estado. Trata-se do Projeto nº 527/99, que autoriza o Governo do Estado a criar, instituir a Agência Estadual de Controle das Empresas Pedagógicas, AGECEOP.

Senhores deputados, esse projeto que tramita nesta Casa já há algum tempo, recebeu um substitutivo; espero que já esteja maduro para ser votado.

Todos nós sabemos que há 4 anos, aproximadamente, mais de 2 mil quilômetros de rodovias que formam o anel de integração, foram entregues a empresas particulares para explorarem o pedágio e ao mesmo tempo fazerem as melhorias, as duplicações e as conservações desse Anel de Integração. São mais de 2 mil e trinta quilômetros, percorrendo as principais regiões do nosso Estado.

E todos nós sabemos que o pedágio, apesar de amargo, tem trazido algum benefício. As rodovias federais, outrora praticamente abandonadas, estamos vendo receberem conservação, sinalização e também dando proteção aos usuários através de veículos, de paramédicos, de carros que fazem socorro, enfim, as pedagogadoras estão trabalhando.

Agora, na forma ótica, algumas delas estão deixando muito a desejar. E essa Agência Controladora das Empresas Pedagógicas tem esse objetivo de, através de um conselho formado por representantes, a começar da Assembléia Legislativa, do Departamento de Estradas de Rodagem, ou melhor da Secretaria dos Transportes e demais entidades ligadas ao setor de transportes; Sinduscom; CREA; e outras entidades constituídas, formarão este conselho. E o participante não terá remuneração alguma, apenas para fazer um trabalho de cidadania. E essa Agência tem como objetivo acompanhar, diariamente, o trabalho das empresas pedagogadoras, desde a arrecadação de centavo por centavo, até a destinação desse dinheiro que é cobrado em forma de taxa ou tributo daqueles que usam as nossas rodovias. É muito importante que essa agência funcione, porque hoje nós estamos carentes de informações com relação, não só ao que arrecadam essas empresas, mas como elas estão investindo. Nós temos trechos de rodovias, principalmente a antiga Rodovia do Café, que é controlada pela Rodonorte, e na verdade essa rodovia que faz a grande ligação do centro administrativo da nossa capital com o

Norte do Estado do Paraná, essa rodovia quase nada recebeu de melhorias, somente pequenas maquiagens nas suas margens foram feitas e ela é praticamente a espinha dorsal de ligação do nosso Estado, que liga o Centro produtivo rural ao centro nervoso, que é a nossa capital, ao centro industrial. Essa rodovia que é a grande escoadora de produtos, não só do Paraná, mas do Mato Grosso do Sul, do Paraguai, vem sofrendo um atendimento abaixo da crítica. Nós já denunciemos aqui que os tapa-buracos que a Rodonorte tem feito, têm formado aqueles acolchoados de retalhos e têm, com esse defeitos provocado graves acidentes, porque os pneus perdem a aderência quando eles fazem esses remendos nesses buracos.

Senhores deputados, com essa agência nós teremos condições de acompanhar diariamente, de cobrar das agências pedagiadoras que elas trabalhem dentro do cronograma físico-financeiro estabelecido pelos contratos, que elas cumpram o que consta lá, no caso aqui, a Rodonorte, a duplicação da Rodovia do Café que hoje, depois de 4 anos, só temos três quilômetros; um pequeno trecho da lanchonete Holandesa e mais nada, as trezentas curvas continuam matando entre Ponta Grossa e Apucarana.

Então, essa agência pedagiadora, controladora, vai ser uma empresa onde o Conselho vai ter poderes, inclusive de suspender a cobrança de pedágio, no caso do não-cumprimento contratual.

Se o pedágio foi uma boa idéia, fazer com que essa empresa cumpra o contrato, com certeza irá resgatar todo esse sacrifício que nós, paranaenses, estamos pagando por transitar nas nossas rodovias, porque se transitarmos com segurança em rodovias duplicadas, temos certeza que o pedágio será bem recebido, mas, do jeito que está, não dá!

Vejam que, além do grande desenvolvimento que está sofrendo o Paraná, ontem recebemos uma informação maravilhosa que nos enche de orgulho: o Paraná passou a ser o primeiro Estado em arrecadação federal no mês de maio, ganhando do Rio Grande do Sul; informação essa dada pelo doutor Luís Bernardes, que é superintendente regional da Delegacia da Receita Federal, que compreende Paraná e Santa Catarina; mais de 800 milhões foram arrecadados. E me dizia o doutor Luís: “o Porto de Paranaguá, hoje, está em primeiro lugar na América Latina como exportador de grãos a granel.

Então, sabemos que o interior do Estado, apesar de pujança agrícola, vive um marasmo na área industrial, porque não temos escoamento. Recebemos da Receita Estadual a informação que a região metropolitana é responsável por 72% do ICMS em todo o Estado do Paraná. Em parte parabenizamos a região metropolitana, afinal é o querido Paraná. Já o interior do Estado tem dificuldades de desenvolver.

Por quê? As nossas rodovias que na realidade são o grande instrumento de desenvolvimento econômico e social, encontram-se nessa situação.

Está sendo cobrado pedágios, mas as melhorias não vêm, e nós temos dificuldades de escoamento, dificuldade de transitar com segurança.

Então essa agência pedagiadora, controladora das empresas pedagiadoras, tenho certeza, vai fazer com que essas empresas recebam diariamente uma fiscalização rigorosa, que elas cumpram as cláusulas contratuais ou então, a agência terá poderes especiais para sanar a irresponsabilidade. O que não podemos, é continuar como estamos: não sabemos quanto elas arrecadam; não sabemos como gastam; quanto investem. E essa falta de transparência tem gerado um descontentamento geral.

Concedo aparte ao nobre deputado de Londrina, Moysés Leônidas, que também passa por essa Rodovia do Café, e tenho certeza que tem algo a acrescentar.

### **O Sr. Moysés Leônidas**

Deputado Divanir Braz Palma, tem alguns assuntos, hoje, no Paraná, que quando qualquer cidadão toca, acaba dando urticária em alguns e Vossa Excelência está colocando, aqui, o dedo em uma ferida.

Quero dizer-lhe que vi com bons olhos o seu projeto, porque não só o Paraná, mas principalmente as autoridades do Paraná, precisam conhecer essa planilha, essa arrecadação das estradas pedagiadas do Estado.

E, em particular, queria até dizer para Vossa Excelência, há algumas situações de injustiça, criadas pelo pedágio, que o caso específico, por exemplo, da Praça de Jataizinho, com o povo da cidade de Assaí. Estou vendo até a possibilidade de fazer uma intervenção judicial, para tentar ajudar a comunidade de Assaí. Recentemente estive lá e me encontrei com o novo prefeito, que tomou posse há seis meses, dizendo que uma boa parte dos investidores que querem investir na cidade de Assaí, não investem porque a Praça do Pedágio está na “boca da estrada”, que sai da rodovia, para entrar na secundária, para ir a Assaí, em um verdadeiro “caça níquel” e contrário até ao interesse do desenvolvimento social e econômico daquela região, daquela cidade, especificamente.

Então, quero cumprimentá-lo. Vou me reservar de falar desse assunto em uma hora especial, mas só para dizer que acho que Vossa Excelência tocou o dedo exatamente na ferida, e aí é uma hora muito boa para poderemos através dessa agência, conhecer o que é que está por trás dessa maquiagem do pedágio no Paraná.

### **O SR. GERALDO CARTÁRIO**

Vossa Excelência concede-me um aparte deputado Divanir, visto que Vossa Excelência pode usar o Horário da Liderança, ainda, do seu partido?

### **O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Não, o deputado Divanir Braz Palma já usou o Horário da sua Liderança, já ultrapassou em cinco minutos, deputado Geraldo Cartário.

Inscrevo Vossa Excelência no horário do seu partido, depois.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Já que Vossa Excelência usou as placas e os universitários, vou ao baralho.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Agradeço ao presidente pela condescendência e...

**O Sr. Geraldo Cartário**

Eu só queria, deputado Divanir, Vossa Excelência sempre que vai à tribuna e traz surpresa para todos nós pela sua criatividade, no entanto nesse seu projeto, há uma necessidade. Eu, particularmente, apresentei um projeto acabando com as concessões outorgadas pelo Estado às concessionárias, visto que não vêm cumprindo como deveriam, o assumido com o Governo do Estado. Se considerássemos, hoje, cobrando apenas um real por veículo que passa no pedágio e cinquenta centavos por eixo de caminhão, estaríamos com o povo satisfeito e as estradas em condições.

Para que isso aconteça, deputado, é necessário apenas que seja revogada a concessão, e o DER, Departamento de Estradas de Rodagens do Paraná, as estradas do Paraná seriam bem conservadas, se tivéssemos esse prazer.

Eu acredito que o governo atual, o governador Jaime Lerner se obrigou a implantar o pedágio, visto que houve o abandono por parte do Governo Federal, das rodovias, e eu tenho certeza que o governo Jaime Lerner, naquela oportunidade, naquele momento, não tinha outra solução.

Mas, certamente os futuros governadores que surgirão no Paraná, eu tenho fé que alguns deles enfrentarão esse grande desafio de dar um basta a esse serviço executado pelas concessionárias e passará a outorgar esse serviço ao DER. Aí sim, teremos a satisfação de termos boas estradas com custo barato.

Muito obrigado.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Eu agradeço o aparte.

**O Sr. Augustinho Zucchi**

Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Deputado Zucchinho, eu fico na dependência do nosso presidente porque meu tempo já extrapolou, mas eu gostaria de fazer esse apelo, porque o assunto é interessante, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Eu sei, deputado, mas Vossa Excelência está falando a 15 minutos. Por favor, conclua o seu pronunciamento.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Já conclui.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

PFL. Deputado Basílio Zanusso.

O SR. IRINEU COLOMBO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, antes que o deputado Basílio Zanusso use a palavra, apenas para anunciar a presença aqui do nosso vereador de Paranacity, Antonio Soares Sacola, popular "Sacola", do PT e também do filho do prefeito da cidade, o Patrick, popular "Ticão".

Sejam bem vindos.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está registrado.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO

Senhor presidente, senhores deputados, nobres colegas. Sempre que o deputado Divanir Braz Palma vem à tribuna, traz sempre grande contribuição para esta Casa e especialmente para a administração pública do Estado.

E ele agora aborda um assunto que não é novo nesta Casa, mas trata de forma muito objetiva; procura criar um organismo, um órgão para fiscalizar melhor e mais de perto o funcionamento, o número de veículos que transitam pelas estradas pedagiadas do nosso Estado. Eu tenho melhor relacionamento pessoal, político, com o secretário dos Transportes, com o diretor do DER, como a maioria desta Casa, o secretário é um dos ilustres deputados que tem assento numa dessas cadeiras. E eu que tenho, minha cidade sede é Nova Esperança, que fica entre Maringá e Paranavaí, uma sede de uma pequena região, uma microrregião e que tem a sorte lá de os municípios circunvizinhos serem interligados pelas estradas não pedagiadas, pelas estradas vicinais ou intermunicipais, como quer que a chamemos.

Há alguns meses eu fui convidado e outros deputados, pelo deputado Accorsi para irmos em companhia do secretário dos Transportes, diretor do DER para a região de Loanda, e nós fomos a algumas cidades vizinhas, Santa Cruz do Monte Castelo Santa Isabel. Naquela região se plantou bananeira, numa daquelas estradas não pedagiadas e na verdade o que nós estamos assistindo é a extinção, e essas estradas estão se acabando, porque em alguns trechos o tapa-buraco já não resolve mais porque foram estradas construídas, na sua grande maioria pelo ex-governador Jaime Canet, que graças a Deus passou um dia, pelo Palácio Iguaçu e construiu as estradas do Paraná, as quais chamavam de "casca de ovo" e que a previsão de sua duração e durabilidade seria de 5 anos.

Já passaram vinte. Mas não é só aí.

Eu tenho por exemplo, também uma estrada, a PR 463, que liga Nova Esperança, Colorado, passando Cruzeiro do Sul, Paranacity onde o deputado Colombo registra a presença do filho do prefeito e do ilustre vereador,



nesta Casa, depois Colorado, Santo Inácio, Rio Paranaíba. Estrada de 1ª classe, construída pelo governo, também Jaime Canet. E num trecho, um curto trecho, de Nova Esperança a Cruzeiro do Sul, cerca de 25 km, 26 km, a extensão dessa estrada é coisa de 80 km, alguns serviços foram contratados há alguns anos atrás, de melhoria do leito, da estrada, enfim. Mas, trecho dessa estrada foi construído e trecho abandonado. E o trecho a que me refiro, entre Nova Esperança e Uniflor, chegaram a tombar, durante 15 dias, dois ou três caminhões carregados, porque eles saem do leito, da pista central e caem no acostamento, na guia e tombam.

O que é que tem a ver - alguém pode perguntar - as estradas não pedagiadas, as estradas intermunicipais pavimentadas, da rede viária do nosso Estado, como desculpa ou com o projeto do Divanir Braz Palma? O que é que tem esse trecho da estrada a que me refiro, e que falo sobre ela há anos, Nova Esperança - Colorado, mas o trecho pior, repito, é um trecho curto, de 20 e poucos quilômetros, entre Nova Esperança a Cruzeiro do Sul e Paranaíba? Porque já não há mais com quem falar. simplesmente a Secretaria dos Transportes não tem recursos para fazer estradas melhores, como também os “tapaburacos” das estradas intermunicipais não pedagiadas. Por que o projeto do deputado Divanir quer falar para o Paraná o quanto arrecadam essas pedagiadoras, as concessionárias dessas estradas? e elas não cometem crime algum! Porque a Assembléia Legislativa outorgou ao Chefe do Executivo competência para privatizar o anel da produção, que chamam de anel viário do Paraná, e houve uma concorrência internacional. E essas empresas venceram a concorrência. Assinaram contrato e estão aí a explorar os serviços de concessão pública.

Deputado Divanir Braz Palma, venho aqui para dizer que voto com o seu projeto, porque ele é oportuno. Quero parabenizá-lo pelo iniciativa, porque estou entendendo que enquanto temos um eixo pedagiado de estradas, inclusive com duas pistas, entregue a concessionárias, prontinhas, as estradas ao lado não recebem coisa alguma. Há até um projeto, uma lei do deputado Cartário, com esse objetivo: protegendo a rede viária, as estradas não pedagiadas do Paraná. Mas, a lei foi ontem. E não há tempo para esperar. As estradas estão sendo danificadas senhor presidente, principalmente agora, com a ocorrência das chuvas, que estão chegando.

Por isso quero usar deste expediente, do seu projeto, desta oportunidade para dizer que sim, esta Casa precisa saber quantos veículos passam pelas nossas rodovias, com toda clareza, quanto é a arrecadação dessas empresas, se essas empresas devem construir novas estradas ou ajudar a conservar as estradas pré-existentes.

Não podemos iniciar estradas novas, se as antigas estão acabando nosso patrimônio, construído ao longo dos anos, a duras penas.

Por isso, estou procurando associar o meu raciocínio ao de Vossa Excelência, Divanir Braz Palma, já que nós somos de lá, da região de Maringá, talvez a mais

sacrificada nesse aspecto, mais abandonada, porque não há como fazer se não tem recursos; então, nós temos que procurar.

Se as estradas pedagiadas, as rodovias que constam do anel viário do Paraná, recebem tanto que podem construir novas estradas, talvez tenhamos que nos perguntar: “nós vamos construir estradas, que estão agora, por exemplo, sendo iniciadas na Serra do Cadeado? A parte mais difícil das estradas do Paraná? Em uma serra?”

Mas, será que devemos fazer segunda pista? Nova estrada? Ou conservar as estradas do Paraná que estão se acabando?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

PPS. Deputado Marcos Isfer.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Pela ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Pela ordem, deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Senhor presidente, após o PPS, quais são os partidos, por favor?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

O PDT, o PT, o PPB, o PSDB e o PTB.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Gostaria que Vossa Excelência me inscrevesse no Horário da Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Vossa Excelência está inscrito.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Obrigado.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, solicito, pela ordem, para registrar a presença entre nós, do prefeito de Sertãozinho, Reinaldo Reis, do diretor do Serviço de Água Municipal daquela comunidade, Luiz Carlos Almeida e do vereador Júnior Porto.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Devidamente registrado. Sejam bem-vindo.

Está com a palavra o deputado Marcos Isfer.

O SR. MARCOS ISFER

Senhor presidente, senhores deputados, professores que aqui estão hoje.

Escuto atentamente os discursos feitos, deputado Waldyr Pugliesi, da cobrança dos recursos públicos para

a área da educação, área da saúde. Escuto alguns outros discursos a respeito da concessão do pedágio.

Gostaria de formular uma questão a todos que estão hoje aqui na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná: os senhores teriam interesse, por acaso, de adquirir, de entrar de sócios com 55% em uma empresa de capital social de 10 mil reais, ou seja, os senhores teriam que aportar 5 mil e quinhentos reais e o outro sócio iria aportar, naturalmente, 4 mil e quinhentos reais?

Muitos me dirão: “esse negócio pode ser bom, pode não ser, é um negócio privado, o que é?”

Senhores, é o melhor negócio do mundo! Em apenas dois anos, uma empresa constituída com capital social de 10 mil reais, possui hoje, o capital social de 1 milhão, trezentos e cinquenta e um mil e setecentos e vinte reais.

Agora os senhores irão me perguntar: “mas que negócio é esse?” É um negócio autorizado na ata da centésima quadragésima sétima Assembléia Geral Extraordinária da Companhia Paranaense de Energia - COPEL.

Consta aqui, a constituição de uma SPC, para comercialização de energia, denominada “Tradener Ltda,” em sociedade com empresa “Logus Energia Ltda”, com as seguintes características: participar do mercado atacadista de energia, etc e tal. Capital inicial: 10 mil reais, sendo 45% integralizados pela Copel, 4 mil e quinhentos reais e 55% pela Logus, cinco mil e quinhentos reais.

Com previsão ainda de possível redução de participação da Logus, até 10% para entrada de novos sócios.

Diz ainda nesta ata da Copel que o senhor diretor-presidente, então na época, continua hoje o mesmo diretor-presidente e secretário da Fazenda, informam que com relação ao item 3 da proposta da diretoria, dado interesse da Copel na compra de energia elétrica da Argentina, a companhia solicita a competente autorização para firmar contrato com a empresa “CIEN” - Companhia de Interconexão Energética, com tal finalidade, registrou ele, tratar-se de oportunidade de aquisição de energia a partir de 2001, com a primeira conexão entre o Brasil e a Argentina, graças à instalação de conversor que permitirá o fluxo de energia em ambos os sentidos, viabilizando melhor aproveitamento nos sistemas que são complementares.

Isto, senhores, é uma ata do dia 15 de outubro de 1998, registrada na Junta Comercial sob o número 982767129.

Senhores, pasmem! Uma empresa constituída com dez mil reais de capital, em dia de hoje, possui o capital social, conforme Certidão da Junta Comercial, de um milhão, trezentos e cinquenta e um mil, setecentos e vinte reais.

Sócios-gerentes designados: Fábio Ramos, Walfrido Vitorino Ávila, Arlei Bichels, Jorge Tadeu Caliar.

Sócia: Companhia Paranaense de Energia Elétrica, seiscentos e oito mil reais; Logus Energia Ltda, aquela que constava do inicial, trezentos e setenta e um mil reais,

setecentos e vinte e três, com endereço à Rua Líbero Badaró, 377, 6º andar, no centro de São Paulo.

E uma nova sócia, chamada DWZ Participações Ltda., com capital também de trezentos e setenta e um mil, setecentos e vinte e três reais, com endereço à Rua Abílio Peixoto, nº 376 no Cabral, no município de Curitiba.

Ora, senhores! Parece ficar muito claro que existe, sem sombra de dúvida, uma série de coisa dentro da Copel, que nós desconhecemos.

Temos notícia, por exemplo, que só da última compra de energia, realizada recentemente da Argentina, para suprir a situação do “apagão”, a Comissão teria tido algo em torno de cento e quarenta milhões.

Ora, senhores. Os senhores hão de convir comigo, isto é apenas uma das participações societárias da Copel!

Recentemente, ainda semana passada, nós ouvimos, e foi divulgado amplamente, que a Copel em convênio com uma empresa alemã, chamada RWR, estaria lançado a Internet via tomada elétrica!

Os senhores têm idéia do que isto significa?

Significa possuir na sua casa, a rede de Internet, com a velocidade 30 vezes superior à velocidade do cabo.

Significa uma oportunidade de negócio, uma vez que a Copel atende a mais ou menos 3 milhões de endereços.

Será que isso tudo está sendo considerado nessa tal avaliação da Copel?

Será que essas oportunidades de negócio estão sendo vistas?

Então, deputado Waldyr Pugliesi, o senhor tem razão quando fala: falta recurso para a ação efetiva do Governo do Estado.

Mas não faltam recursos para as belíssimas oportunidades de negócios. Nós ficamos entristecidos vendo isso.

#### O SR. MARCOS ISFER

...Parece-me, e eu tenho solicitado à Copel todas as atas registradas, porque agora queremos levantar - tenho todas as participações da Copel. Vou trazer aos senhores, oportunamente, quem são esses sócios. Parece-me que os sócios são sempre mais ou menos os mesmos.

#### O Sr. Geraldo Cartário

Concede-me um aparte, deputado?

(Assentimento)

Deputado Marcos Isfer, primeiramente, quero cumprimentá-lo porque Vossa Excelência está iniciando um depoimento, agora, como deputado de Oposição, com muita propriedade. Quero cumprimentá-lo por sua postura e transparência da sua denúncia.

Quero comunicar-lhe, à Mesa da Assembléia e aos demais deputados, que o que me levou a apresentar um requerimento, para que o jornalista Marcos Formighieri, viesse à tribuna e trouxesse as suas denúncias - elas estão precisamente muito aproximadas com o que Vossa Exce-

lência está falando. Acho que é uma obrigação minha, sua e de todos os deputados, que somos representantes do povo, trazer essas denúncias, aqui, na Casa.

Por isso, quero cumprimentá-lo.

Gostaria de acrescentar, que os nomes que Vossa Excelência citou, como integrantes daquela firma fantástica, de dez mil reais, virou um milhão e mais alguma coisa, que entre esses nomes foi-me passado um nome de um ex-deputado...

#### O SR. MARCOS ISFER

Deputado Cartário, eu já pedi essa informação à Junta Comercial. Quero ter os documentos. Ainda não os tenho em mãos. Eu lhe permito dizer os nomes.

#### O Sr. Geraldo Cartário

O que eu quero deixar bem claro, aqui, é que o nome que me foi relatado, é um nome de um ex-deputado, empresário Donato Gullin. Como se tratava de um ex-deputado e um empresário bem sucedido nos seus negócios e, agora, fico surpreso quando Vossa Excelência cita os nomes, que não são os mesmo que o jornalista Marcos Formighieri me falou, mas a empresa é a mesma e o nome é o mesmo.

#### O SR. MARCOS ISFER

Tenho o nome das empresas, dos gerentes cadastrados e estou atrás de quem são essas empresas Logus e DGW que, efetivamente, estamos pedindo essas certidões na Junta Comercial.

Concedo um aparte ao deputado Cezar Silvestri.

#### O Sr. Cezar Silvestri

Ouçó atentamente o seu pronunciamento e fico estarecido, pelo seguinte: há dias atrás estive nesta Casa o presidente da Copel e secretário da Fazenda, Ingo Hübert. O deputado Waldyr Pugliesi, muito bem, ontem na tribuna questionava como é que o presidente de uma empresa do porte da Copel, uma empresa que é modelo do setor energético para todo o Brasil e para todo o mundo, não defende a própria empresa, desmerecendo-a em público?

Há alguns anos, aqui nesta Casa, chegou a questionar o balanço da própria empresa, e quando falávamos que ela era uma empresa extremamente lucrativa, ele chegou a colocar isso em dúvida.

Tive a oportunidade, no ano de 95, de dizer, na sua presença, que tem ações na Bolsa e que desmerece a própria empresa, estaria demitido sumariamente! Mas, infelizmente, ele continua na presidência dessa empresa, que é modelo no setor energético de todo o mundo, uma empresa que deu 430 milhões de lucro.

De repente, o governo diz que essa empresa não é mais competitiva, que não tem mais condições para isso e que não consegue comprar um único grampo, porque a Lei das Licitações proíbe e dificulta - ela está engessada.

De repente, essa empresa é sócia de uma outra, entra com 4.500 reais de capital-social, e em dois anos já chega a um milhão e trezentos milhões e numa única operação tem um lucro, uma comissão, de cento e quarenta milhões de reais! Acho que realmente temos que investigar isso, acho que é nosso dever! Fala-se tanto em CPI nesta Casa, acho que deveríamos abrir uma CPI especificamente para tratar da questão da Tradener porque, com certeza, baseado no levantamento que Vossa Excelência fez e nos números que nos dá, é a empresa que teve o maior crescimento em todo o mundo! E ela, uma empresa milagrosa que está aí nos ensinando a multiplicação dos pães, de repente, em cima dessa CPI, ela pode ensinar a todos nós como é que se ganha dinheiro tão facilmente!

E, de repente, ela vai achar a solução para o governo do Estado, que está em dificuldades, que está passando por extrema dificuldade financeira, para arrumar as duas finanças. A questão da governabilidade que o governo vem defendendo, para vender a Copel, de repente, só consultando os sócios dessa empresa os problemas financeiros do Estado estarão resolvidos! Acho que é importante levar isso a fundo e é importante saber o que é que tem por trás de tudo isso.

Muito obrigado.

#### O SR. MARCOS ISFER

Concedo o aparte ao deputado José Maria Ferreira.

Senhor presidente, peço só um aparte ao deputado José Maria que eu sei que vai ser importante; logo em seguida, eu encerro.

#### O Sr. José Maria Ferreira

Serei rápido, senhor presidente.

O deputado Geraldo Cartário levantou a questão quanto ao nome do sócio integrante da DGW. Eu venho há alguns dias levantando a documentação junto à Junta Comercial do Paraná, na segunda alteração contratual efetuada no dia 20 de janeiro de 2.200, o nome, deputado Geraldo Cartário, Donato Gullin, DG, e o W é de Walfried Victoriano Ávila. Estão aqui os documentos que provam essa negociata sem precedentes no Paraná! O Walfried foi primeiro na constituição da Tradener, representante da Copel, junto à Tradener, depois, depois virou, na sequência, sócio da empresa DGW. Então aqui realmente o deputado Cezar Silvestri, merece toda a atenção da Assembleia Legislativa. Já há algum tempo venho coletando documentação. Estou esperando documentação da Junta Comercial de São Paulo a respeito da constituição da Logus.

É uma empresa que foi constituída no dia 28 de julho de 1998, com R\$4.500,00, tendo, como representante da Copel, o doutor Ingo Henrique Hübert, com diretor-presidente; Fernando Schaubnner, diretor econômico-financeiro e da Logus, Bertrand Colombo Shayer; um outro que consegue, pelo nome fazer parte da colônia, é Fábio Ramos.

Eram os representantes da Logus Energia Ltda, uma empresa de São Paulo que foi buscar para ser sócia, com R\$5.500.00, menos que um salário mensal dos deputados.

Muito obrigado.

**O SR. MARCOS ISFER**

A informação do deputado José Maria, eu, infelizmente naquele momento que o deputado Geraldo Cartário falava, não queria afirmar porque eu sabia do documento e queria que o documento aparecesse, como documento formal.

Agora, eu quero dizer aos senhores claramente o seguinte: - soluções como essa poderiam ser aplicadas à Educação, aos Transportes, a tantas outras coisas. Mágica assim, senhores, que acho que todos gostariam de ver bem aplicadas, e não em proveito de apenas alguns que se locupletam do Poder Público.

**O SR. NELSON GARCIA (Pela Ordem)**

Senhor presidente, para registrar a presença do vereador Luiz, da cidade de Iporã, que está nessa galeria com a gente.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Devidamente registrado.

No Horário do PT, com a palavra o deputado Irineu Colombo.

**O SR. IRINEU COLOMBO**

Senhor presidente, senhores deputados.

Hoje, na pauta da Sessão Extraordinária, temos a votação do Projeto 332, que institui o processo de escolha dos diretores de escolas públicas estaduais, mediante eleição direta. O projeto é assinado por vários deputados. Na ocasião em que colhi as assinaturas ao projeto, foram consultados todos os deputados para que pusessem a sua assinatura. Ainda aparece aqui a assinatura do então deputado Edgar Bueno, hoje prefeito de Cascavel, deputado Péricles, hoje prefeito de Ponta Grossa.

Mas, para nós que defendemos a eleição direta para diretor da escola, entendemos que o governo que prometeu em ofício aos professores do Paraná que iria proceder à eleição direta, já que no nosso Estado havia um costume de assim se fazer. Colocava-se os nomes e a comunidade escolar votava e o nome mais votado era nomeado como diretor da escola.

O Governo do Estado do Paraná entrou com uma ação direta de inconstitucionalidade contra o projeto do deputado estadual Edgar Bueno, e o Tribunal declarou-o inconstitucional. Mas veja bem, ele é inconstitucional porque é prerrogativa do governo nomear cargos em comissão, mas ao projeto o Governo deveria obediência, não tinha o dever de cumprir a lei, mas pode, politicamente, fazer valer o projeto na prática, o programa de eleição direta. O Governo não está proibido de fazer eleição direta.

Então, a qualquer momento, qualquer governante que venha a partir da próxima eleição assumir o posto de governo do Estado, pode instituir a eleição direta no Estado do Paraná, que não tem proibição nenhuma. Esse é o entendimento dos tribunais, inclusive quando foi julgada aquela ação direta de inconstitucionalidade, o único detalhe é que o governo, por conta de declaração, não está obrigado a cumprir a lei, não tem o dever de cumprir a lei e se ele não quiser, e o governo Lerner desmentindo aquilo que prometeu, descumprindo, faltando com o caráter de quem assina um documento, não quis mais proceder a eleição direta nas escolas.

Olha, só, um recado que queremos dar à secretária Alcione Saliba, que é uma pessoa que desconhece os valores culturais, históricos, do povo do Paraná, uma pessoa que veio a mando do Banco Mundial, é de que transparência não custa mais caro para o governo do Estado. Aliás, as pesquisas têm demonstrado que aonde tem transparência na administração, tem economizado em até 20% do orçamento.

Também outro recado, democracia, democratização dos processos de administração pública é altamente recomendado e não custa um tostão a mais.

Então, por que o Governo não adota eleição direta a diretores? Porque, obviamente, depois do Fuxinal do Céu, que tentou se fazer uma lavagem cerebral, não lhe resta outra alternativa a não ser controlar esse setor extremamente consciente, sabedor da conjuntura estadual que pode influenciar decisivamente na opinião pública, então, se controla através dos diretores de cada escola.

Como nós tínhamos anunciado que esse projeto estaria em votação hoje, o presidente da Casa, atendendo o nosso pedido, assim o fez.

Ontem, mais uma vez, a secretária da Educação anunciou um processo de escolha de diretores que tinha anunciado no ano passado e não cumpriu. Esperou o tempo passar, e como não havia mais condições para fazer a eleição, escolheu-se diretores tampões, que estão até hoje, por período tampão até o final do ano, veio aqui, e deu as explicações, mas ela mesma que gera o fato consumado, gera o problema de implementação da sua própria proposta para não aplicá-la, porque nem a sua proposta, que nós somos contrário, ela não aplica.

Como votaríamos o projeto hoje, ela se apressou ontem, em divulgar nota na imprensa, publicar aqui um cronograma. Na sua proposta tem um absurdo que prevê "teste seletivo para quem quer ser diretor", mas na prática da Secretaria, não se prevê teste algum para alguém dar aula, por exemplo: Paranaeducação. Um verdadeiro absurdo! O teste certamente procederá, para ter candidatos, tem que passar por um teste. Para ter candidato obviamente esse teste vai passar pelo seu crivo. Vai fazer perguntas que obviamente vai selecionar: - quem é da direita e quem é da esquerda; quem é cabeça aberta e quem é cabeça fechada.

Esse é o teste, é isso que está em jogo.

Depois que todos os servidores públicos do Estado do Paraná, por exemplo, que todos aqueles forem contratados em Regime CLT, pelo Paranaeducação que não faz teste nenhum, será que alguém passaria daqui há 10 anos, em algum teste? Porque para entrar, não tem teste, mas para ser diretor tem que ter teste!

Se não concorda com o nosso projeto, por que é que não concorda com a postura, por exemplo, que o governo federal faz? Sabe como ele faz, nas instituições?

Tem uma lista tríplice, vota-se a lista tríplice, e aquele que tiver maior votação, em 99% dos casos é escolhido, é nomeado pelo governo federal.

O governo federal tem uma brecha de evitar algum problema do seu ponto de vista administrativo. É assim que funciona nas escolas técnicas federais, nas escolas técnicas agrícolas, em várias instituições federais. E 99% dos mais votados são escolhidos, com peso diferente para alunos, para professores, funcionários de escola, assim por diante.

Como prevê o nosso projeto, peso diferente para escolha de diretor, mas coloca, sacramenta já, um uso e costume da política estadual paranaense, quem é o mais votado vai ser o nomeado!

Queremos que isso seja uma opção, mais uma vez, do governo Jaime Lerner e da bancada que o apóia.

É a opção que o Paraná sempre adotou, e nunca tivemos problema. Quando se tem problema com diretor, a comunidade escolar tem se movimentado e imediatamente até o Chefe do Núcleo tem destituído o professor, o diretor é nomeado uma comissão; investiga-se, analisa-se.

Isso não tem problema, isso se faz de uma hora para a outra. Mas a escolha é uma coisa sagrada, que é da democracia, que a escolha de um ente administrativo dentre os professores, sabidamente, os professores, pessoas de consciência, pessoas que têm seu coração sempre voltado às causas públicas, às causas decentes, formadores de consciências cristãs, democráticas, consciência do sentido mais politizado da palavra. Aliás, por exatamente ter essa consciência de politização, que às vezes as escolas pagam o preço do processo democrático.

Aqueles que são formadores de opinião, formadores de cidadãos, deputado Elio Rusch, são eles que têm as melhores condições de elegerem entre os seus pares, os melhores dos melhores formadores de cidadão para administrar uma escola, para administrar uma pequena parte da função pública do setor administrativo do Estado do Paraná.

Os formadores e formadoras de cidadãos, esses têm que ter então o nosso acolhimento em eleição direta.

Quem tem medo da transparência?

Quem tem medo da democratização?

Recomendado em todos os sentidos, por todos os órgãos, inclusive, os órgãos da transparente democratização internacional, como a secretária disse no seu texto que: "... fez consulta em especialistas externos, deveria fazer consulta inclusive, por órgãos do Canadá, que faz

pesquisa de corrupção e que recomenda transparência e democratização da administração pública". Certamente ela consultou o Banco Mundial que recomenda o fechamento para implementação das práticas excludoras, no seio da educação paranaense.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

No Horário do PSDB, concedo a palavra ao deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Senhor presidente, senhores deputados.

É a quinta Sessão hoje, em que saiu de pauta um projeto de nossa autoria juntamente com deputado Tony Garcia que vem de encontro à indignação do deputado Basílio Zanusso, com a vontade do deputado Divanir Braz Palma - que tem o meu apoio no seu projeto apresentado hoje, e com a vontade do deputado Geraldo Cartário.

Se eu soubesse desse questionamento, teria deixado o projeto naquela votação. Eu me lembro de uma reunião onde nos foi solicitado que assinássemos a CPI do Pedágio e defendi isso da tribuna. Vim aqui e disse: "não vamos resolver o problema do pedágio do Paraná com a CPI do Pedágio", embora seja um instrumento válido, legítimo para apuração da planilha de custos, de operação do pedágio, tanto que assinei, depois, essa CPI.

O nosso projeto diz o seguinte. É rápido e rasteiro para discutir a questão do pedágio no Paraná. "Cancele-se as concessões de pedágio no Paraná". Não termina-se o pedágio, apenas volta-se a administração das rodovias ao Fundo de Desenvolvimento Rodoviário do Estado do Paraná que pode estabelecer o preço justo da cobrança das tarifas. Vamos fazer um exercício rápido para imaginar o seguinte: se estivéssemos hoje com a exploração e a concessão das rodovias nas mãos do governo do Estado, o dinheiro arrecadado até hoje daria para ter conservado e acertado as outras rodovias que estão esburacadas pelo Paraná inteiro, até porque, como falou muito bem o deputado Basílio Zanusso, há rodovias que foram repassadas às concessionárias e cujo trabalho, além de cobrar, foi fazer a pintura nas faixas, alguma roçada nas margens da rodovia e o preço estabelecido é esse que está aí. Não adianta falarmos que vamos fazer isso e vamos fazer aquilo.

Esse projeto do deputado Divanir Braz Palma é bom porque estabelece uma chance reguladora desse serviço.

Agora, nenhum governador que se preze, daqui a dois anos, vai poder continuar com as rodovias do Paraná da forma como estão sendo levadas. Quantos carros passam por dia? Quanto receberam as concessionárias até hoje? Qual foi o trabalho realizado? Quanto se gastou nas obras? Quando é que hoje, essas rodovias estão prestes a investir nas nossas estradas, fazendo duplicação, fazendo melhorias?

Quer dizer, daqui a cinco Sessões, vai estar lá o nosso projeto em pauta - e espero contar com o apoio dos

senhores deputados - que pretende melhorar as rodovias do Paraná, não somente as pedagiadas, as outras, as que estão realmente esburacadas e que todo dia há uma reclamação com relação à rodovia no Paraná. Acho que o Estado do Paraná pode pegar as rodovias.

Ah! muito bem, é uma concessão, vai ter ação na Justiça! Que tenha ação na Justiça! Só com o recurso que será economizado pelo preço justo que a população vai pagar, só com essa economia, tenho certeza que o Estado paga a indenização e não ficaremos 20, 30 anos, não sei, com essas rodovias pedagiadas no Estado do Paraná.

Concedo o aparte ao deputado Ricardo Chab.

#### **O Sr. Ricardo Chab**

Deputado Augustinho Zucchi, acompanho o seu pronunciamento e lembro-me que quando da votação do projeto do pedágio, posicionei-me contra as concessões das rodovias. Nominei inclusive, meu voto, lá atrás. Na época falei o seguinte, e volto a repetir e quero me contrapor ao seu pensamento. Acho que não precisaríamos fazer um novo projeto. É preciso melhorar o que já tem. É preciso fazer incluir - naquele projeto que esta Casa aprovou, apesar do meu voto ter sido contrário, que: o empresário que levou o filé mignon, também levasse o osso. Essa que é a verdade. Essa que é a colocação que temos que fazer e a fiz aqui e me lembro bem. Levantei a questão aqui e o deputado que presidia a Sessão, o falecido deputado Anibal Khury, tocou rapidinho - que era o jeito dele - para não deixar polemizar e foi embora.

Esta Casa, a Assembléia Legislativa, poderia perfeitamente mudar o projeto apresentado lá atrás. Poderíamos fazer incluir. Quando o deputado Cartário apresentou na Casa criando o Fundo, preocupado que estava com as rodovias que ligam as cidades pequenas: Santa Izabel do Ivaí, Loanda, Querência do Norte que estão todas esburacadas, onde o povo inclusive, plantou banana na rodovia. Tem que se fazer incluir, esta Casa poderia fazer: “- Tudo bem, o cidadão que Maringá-Paranaíba (até eu que sou mais bobo quero), agora, quero saber quem vai cuidar de Loanda a Santa Izabel do Ivaí que passa carroça, charrete e bicicleta.

Ora, sobrou para o Estado! E lembro bem que eu falava aqui, no Plenário: é a questão do bônus e do ônus. O empresariado está levando o bônus, e o ônus, o Estado. E estão aí, hoje, as estradas pequenas, esburacadas, sem as mínimas condições.

De nada adiante, deputado, no meu modesto pensamento, criarmos um outro projeto mudando o que já tem. Temos que melhorar o que aí está, ou seja, fazer que as concessionárias realmente apliquem o dinheiro que arrecadam, que não é pouco, em benefício da população, cuidando das rodovias.

É meu sonho aqui na região metropolitana, por exemplo, ter algumas estradas asfaltadas. Sou cobrado, sou deputado da região metropolitana, e todos nós somos! O prefeito de Cerro Azul, outro dia, obstruiu a estrada. Por quê? Passaram três governos e todos eles

foram para Cerro Azul de helicóptero. Todos eles fizeram comícios em Cerro Azul, construíram as pontes de concreto e a estrada não chegou lá até hoje!

Pergunto: quem ganhou a concessão da BR-277, Curitiba-Paranaguá, poderia ter levado de presente, sim, Rio Branco do Sul a Cerro Azul, por que não? Tem que levar o ônus e aí sim, teríamos aquilo que chamamos de tarifa social.

Acho que a Casa não pode passar o recibo de trouxa. Podemos ter um monte de defeitos, mas recibo de trouxa, não! Quero contribuir com o meu pensamento, para que o senhor analise meu raciocínio para que tenhamos modificado o projeto lá atrás. Porque é inconcebível, deputado, que tenhamos hoje as concessionárias apenas fazendo - única e exclusivamente, o trabalho de maquiagem, que é a pintura da faixa, como o senhor falou e mais um pouquinho: é se fazer barba, cabelo e bigode, podando mato à margem da rodovia.

Obrigado.

#### **O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI**

Deputado Ricardo Chab, acolho com prazer a sua preocupação, porque ela é igual a de todos os deputados; o objetivo é o mesmo.

Só uma reflexão: se o Estado baixou 50% do preço e não conseguiu manter depois os 50%, o problema não é o projeto de concessão, o problema é o contrato leonino, que foi feito por parte do Estado com as concessionárias. Não sei se isso teria alguma validade, mas enfim, qualquer sugestão nesse sentido acho que teríamos que estudar com mais carinho. Agora, se não é possível mudar o contrato, cancele a concessão, e aí negocia-se.

Concedo aparte ao deputado Geraldo Cartário.

#### **O Sr. Geraldo Cartário**

Primeiramente, quero lembrar também que quando aprovamos o projeto das concessões, implantado o pedágio, nós não sabíamos a empresa que iria tocar o pedágio. Foi um projeto apresentado pelo deputado Neivo Beraldin, que era uma necessidade naquela época.

Mas, queria tranquilizar aqui os companheiros deputados, principalmente os da região de Maringá, que ontem estive conversando com o deputado Nelson Justus, secretário dos Transportes, e ele, desde que assumiu a Secretaria até agora, está pagando as dívidas que foram contraídas anteriormente. O deputado Nelson Justus está sendo um excelente secretário dos Transportes, porque está administrando uma crise, onde ele é secretário sem dinheiro. No entanto após o pagamento, que ele está realizando com muita dificuldade, ele me garantiu que vai iniciar a recapagem e a restauração das estradas, principalmente da região de Maringá, que sem dúvida são as mais sofridas.

Só queria acrescentar aqui, o deputado Ricardo Chab falou com respeito ao pedágio da 277. Realmente, as empresas que ali estão instaladas, pela arrecadação que têm, poderiam fazer até o asfalto ligando Antonina a

Guaraqueçaba, porque o valor ali arrecadado realmente é muito grande.

**O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI**

Quero agradecer.

Para encerrar o meu pronunciamento, acolho que o deputado Nelson Justus tem feito um esforço sobrenatural. Até porque não é só ele - como secretário de Estado, que tem dificuldades financeiras. Mas ele tem sensibilidade e sabe das dificuldades que têm as estradas do Paraná e procura, de todas as formas, ajudar na reivindicação dos nossos companheiros deputados.

Tenho certeza que o deputado Nelson Justus, aquilo que puder fazer, vai fazer. Mas a questão do pedágio ultrapassa o posicionamento do deputado Nelson Justus. É uma questão para nós estudarmos.

E apenas para encerrar, cumprimentar os professores e dizer: como fui eleito pelo voto direto, também sou a favor da eleição de diretor, por voto direto. E voto favorável ao projeto que está em discussão.

**O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem)**

Senhor presidente, tenho pautado a minha vida pública por seriedade e sobretudo me assessorado de técnicos competentes. Então, não posso ouvir calado uma menção que não tem o mínimo sentido, dizer que a lei que estabeleceu o pedágio.

É possível entender que o ex-senador Fernando Henrique criou a lei em Brasília e o governo Lerner se calçou nas Leis das Concessões do então senador Fernando Henrique e que foi por delegação do Governo Federal e por solicitação do Governo do Paraná, que essas concessões estão aí.

Questionem-me sobre os meus pronunciamentos, sobre os meus números, mas não tentem falar sem conteúdo, sem informação, sem conhecer. Isso é ruim, e eu estou pronto para o debate, na condição de deputado, na condição de autor das minhas leis.

Agora, não posso ver o meu nome simplesmente ser tocado aí, sem o conhecimento básico e fundamental. Quem assina o contrato aí, sem o conhecimento básico e fundamental. Quem assina o contrato, quem delega a concessão é o Poder Executivo. Quando o Poder Legislativo fez uma Concessão? Quando? Então é o mínimo de inteligência.

Muito obrigado.

**O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)**

O deputado Neivo Beraldin tem ocupado tão brilhantemente a tribuna. Eu não entendi o seu aparte e nem a sua questão de ordem. Vou procurar entender, talvez no próximo pronunciamento que ele venha a fazer.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

## **ORDEM DO DIA,**

com a presença de 50 senhores deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo senhor deputados Carlos Simões, na qualidade de Líder do PTB constante do expediente, indicando o nome do senhor deputado para exercer as funções de vice-líder da Bancada. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Nelson Tureck constata do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

### **ITEM 01**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 527/99, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que fica autorizado o Governo do Estado a criar e instituir a Agência Estadual de Controle das Empresas Pedagógicas - AGECEP, e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E COPTC. COM EMENDAS SUBSTITUTIVAS DA CF E COPTC.

Sobre o referido projeto, Emenda Aditiva de Plenário, de nº 01, ao Substitutivo Geral, de autoria dos senhores deputados Orlando Pessuti, Waldyr Pugliesi, Nereu Moura, José Maria Ferreira e Luiz Carlos Zuk, nos seguintes termos:

#### **EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, Nº 01 SUBSTITUTIVO GERAL PROJETO DE LEI Nº 527/99**

Art. 1º - Inclua-se no artigo 3º do Substitutivo Geral do PL 527/99 a seguinte alínea:

n) um representante do Conselho Regional de Economia da 6ª Região-Paraná.

Sala das Sessões, em 20.06.2001.

(aa) **ORLANDO PESSUTI, WALDYR PUGLIESI, NEREU MOURA, JOSÉ MARIA FERREIRA E LUIZ CARLOS ZUK.**

**JUSTIFICATIVA:**

Propõe-se a inclusão de um representante do Conselho Regional de Economia do Paraná como membro do Conselho Deliberativo e Fiscal da Agência Estadual de Controle das Empresas Pedagógicas - AGECEP, em função de que os profissionais registrados neste Conselho estejam legalmente habilitados - Lei 1.411/51 - para proceder análises de viabilidade econômica-financeira das atividades econômicas. Por ser o serviço a ser fiscalizado e regulado pela Agência proposta de grande relevância para a sociedade paranaense, julgamos ser da maior valia

a participação de representante da categoria dos Economistas nos referidos Conselhos. **O projeto retorna à CCJ.**

#### ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 172/2000, de autoria do deputado Beto Richa, que institui a Universidade Estadual do Norte Pioneiro do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CE. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 228/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Baratter, que autoriza o Poder Executivo a criar o “Centro de Excelência de Futsal e Futebol de Campo” no município de Cascavel, com objetivo de fomentar este esporte no Estado do Paraná e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CE.

Sobre o referido projeto, Emenda Supressiva de Plenário, de nº 01, de autoria dos senhor deputado Durval Amaral, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

#### EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO, Nº 01 PROJETO DE LEI Nº 228/2000

A presente emenda objetiva o artigo 3º da redação original do Projeto de Lei nº 228/2000, renumerando o artigo 4º como 3º, e suprimindo-lhe a expressão “revogando as disposições em contrário”, conforme redação a seguir:

“Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Sessões, em 20.06.2001.

(aa) DURVAL AMARAL

Apoiamento:

Ricardo Maia, Antonio Carlos Belinati, Serafina Carrilho e Basílio Zanusso.

JUSTIFICATIVA:

O prazo estipulado de 90 dias para o Poder Executivo regulamentar a lei é incompatível com a natureza autorizatória da Proposta Legislativa. No mais o dispositivo invade competência regulamentar que é exclusiva da administração pública segundo critérios de convivência e oportunidade, precedidos da observância dos princípios constitucionais que regem os atos da administração pública (art. 27 da Constituição Estadual).

Já a supressão da expressão “revogadas as disposições em contrário”, justifica-se para efeito de adequar o Projeto de Lei, à técnica legislativa ditada pela Lei Complementar 95, de 25 de fevereiro de 1998, que define as normas gerais para elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do artigo 59 da Constituição Federal. **O projeto retorna à CCJ.**

#### ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 010/99, de autoria do deputado Sérgio Spada, que cria a Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado do Paraná - AGEPAR, e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA CAIC. COM EMENDA DA CAIC. **(Anexo o Projeto de Lei nº 080/99, publ. no D.A. nº 15/99, de 16/03/99) (Publ. no D.A. nº 05/99, de 23/02/99).**

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETOS DE LEI NºS 010/99 e 080/99

P A R E C E R :

#### Relatório

O Projeto de Lei nº 080/99, de autoria do deputado Beto Richa, que tem a anexação do Projeto de Lei nº 010/99, de autoria do deputado Sergio Spada, tem por objetivo instituir uma agência estadual de controle de atividades concedidas ou delegadas, conforme a redação dada pelo autor.

#### Fundamentação

Tendo em vista impedimentos constitucionais que o Poder Executivo tem em dar início à proposição criando ou para dispor sobre o funcionamento de órgãos da administração pública, pois é de competência exclusiva do senhor governador (inciso IV do artigo 66, e inciso VI do artigo 87 da Constituição do Estado), essa Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, entende ser mais indicado transformar em caráter autorizatório, os presentes projetos de lei.

#### Conclusão

Sendo assim, somos de parecer favorável aos projetos de lei tela, na forma do substitutivo geral, em anexo.

Sala das Comissões, em 22.05.2001.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

SUBSTITUTIVO GERAL  
PROJETOS DE LEI Nº 10/99 e 80/99

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar e instituir a Agência Estadual de Controle e Regulamentação das Atividades Concedidas, com a finalidade de coordenar, regular e fiscalizar os serviços públicos prestados no Estado do Paraná e de sua competência ou a ele delegado, objetos de privatizações, concessões, terceirizações e outras modalidades de gestão prestados por entidades ou instituições públicas.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 22.05.2001.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator



COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI Nº 080/99

P A R E C E R :

Para análise desta Comissão o presente projeto de lei, de autoria do deputado Beto Richa, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Agência de Controle e Regulação das Atividades Concedidas.

De caráter autorizatório e com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, que não encontrou nenhum óbice quanto à constitucinalidade e legalidade do presente projeto, nosso parecer é favorável

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.06.1999.

(aa) EDSON SATRAPASSON - Presidente

PÉRICLES MELLO - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do deputado Nereu Moura, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões do Projeto nº 010/99.

O SR. RICARDO CHAB (**Pela Ordem**)

Só gostaria de colocar uma questão na Sessão de hoje, porque um projeto meu teve um parecer contrário da CCJ - e é um projeto que não é autorizatório - e estou vendo aqui, e alega a CCJ que o meu projeto por ser autorizatório é que foi rejeitado já na Comissão.

Então, quero deixar claro, aqui, senhor presidente, na Sessão de hoje, que todos os projetos onde aparecer "autorizo ou é autorizatório" tem o meu voto contrário a partir de hoje nesta Casa, porque eu acho isso um lástima. A Comissão de Constituição e Justiça desta Casa está tendo dois pesos e duas medidas. O meu projeto que não é sequer autorizatório, senhor presidente, diz aqui que institui um Conselho Estadual, que é um assunto seríssimo, de Distribuição de Corpos e Cadáveres para saber como se doa o corpo de um ser humano, que havia comércio, inclusive, de cadáveres, o meu projeto é obstruído lá na Comissão de Constituição. E aqui eu tenho, senhor presidente, na Sessão de hoje, uma série de projetos autorizatórios com o parecer favorável da CCJ.

Então, eu gostaria que a Presidência me explicasse qual é o critério que adota a Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, por favor! E quero, ao mesmo tempo, deixar claro que voto contrário a todos os projetos autorizatórios na Sessão de hoje, e daqui para a frente também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

É uma posição do deputado Ricardo Chab. A própria Comissão de Constituição e Justiça tem autonomia para tratar sobre as matérias que são encaminhadas a ela.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu até peço, como se no Show do Milhão fosse, auxílio aos colegas da CCJ. Mas, ao que me consta, não existe ainda aprovado esse parecer contrário ao projeto de Vossa Excelência. É um estudo preliminar, trata-se de um relatório preliminar que o deputado Algaci Tulio está desenvolvendo nesse projeto, se não me falha a memória, foi pedido vistas desse relatório. O que existe hoje, em nível de Comissão de Constituição e Justiça, levantado, inclusive, pelo deputado Hermas da Fonseca, é a proposta de que a Comissão de Constituição e Justiça não dê mais Parecer Favorável aos Projetos Autorizatórios. Todos esses que estão na pauta de hoje, depurado Ricardo Chab, são projetos que anteriormente foram deliberados pela CCJ, tanto que deve ter hoje, pelo menos, uns cinco ou seis Projetos Autorizatórios que foram pedidas vistas para que possamos, no início de agosto, ter uma reunião e decidirmos se a CCJ vai continuar acatando Projetos Autorizatórios ou não.

Então, eu afirmo a Vossa Excelência que essa questão não foi, até onde eu sei, deliberada pela CCJ. É um estudo preliminar do deputado Algaci Tulio, que vai ainda ser discutido e deliberado pela CCJ. Não tem ainda Parecer, até que conste, do deputado aprovado pela Comissão.

**ITEM 05**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 272/99, que autoriza do deputado Ademir Bier, que fica autorizado o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Transportes, conceder desconto de 50% no pagamento de pedágio nos lotes do Anel de Integração, aos veículos de carga com capacidade igual ou superior a 4 toneladas que trafegarem carregados e isentar os veículos de carga com igual capacidade que trafegarem vazios. **PARECER FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E COPTC. (Publ. no DA nº 58/99, de 31.05.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 272/99

P A R E C E R :

**Relatório**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre deputado Ademir Bier, autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria dos Transportes, conceder descontos de 50% no pagamento de pedágio nos Lotes do Anel de Integração aos veículos de carga com capacidade igual ou superior a 04 toneladas que trafegarem carregados e a isentar os veículos de carga com igual capacidade que trafegarem vazios.

**Fundamentação**

Chamada a opinar, esta Comissão de Constituição e Justiça entende que a proposição em tela trará consequências danosas irreversíveis ao Programa de Concessões de Rodovias do Paraná, tendo em vista que os contratos de concessão do Anel de Integração de nºs 71 e

76, possuem como condições de contratação a relação entre a receita da concessionária e suas obrigações, dentro de uma engenharia econômica financeira devidamente equilibrada. A redução da receita proposta ocasionará a obrigação do poder concedente, Estado do Paraná, em indenizar as concessionárias ou subsidiar o Programa de Concessões com recursos do Tesouro Estadual, visando manter o equilíbrio econômico e financeiro inicialmente pactuado.

#### **Conclusão**

Sendo assim, estamos apresentando parecer contrário ao projeto de lei em tela.

Sala das Comissões, em 07.12.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 272/99

#### **P A R E C E R :**

Para análise desta Comissão o Projeto de Lei nº 272/99, de autoria do deputado Ademir Bier, que autoriza o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Transportes, a conceder desconto de 50% (cinquenta por cento) no pagamento de pedágio nos lotes do Anel de Integração aos veículos de carga com capacidade igual ou superior a 4 toneladas que trafegam carregados, e a isentar os veículos de carga com igual capacidade que trafegam vazios.

Entendemos que a proposição em tela vem atender especialmente a uma reivindicação dos transportadores de carga, que nos últimos meses têm manifestado sua preocupação com os valores cobrados nas praças de pedágio. Isto porque, o pedágio constitui-se em um custo que onera de forma direta e permanente à toda a categoria, pois estes transportadores dependem das rodovias para obter seu sustento e o de suas famílias. Num momento de grave crise social em que vivemos, entendemos que tão importante quanto o equilíbrio das contas das Concessionárias do Anel de Integração e do Governo do Estado, é o cidadão paranaense, seu bem estar, suas condições de trabalho e sobrevivência, sua qualidade de vida; especialmente aquela cidadão que, com seu trabalho, se dedica a contribuir para o desenvolvimento de nosso Estado. Sendo assim, nosso parecer é favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.03.2000.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

PÉRICLES MELLO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI Nº 272/99

#### **Do Projeto**

De autoria do eminente deputado Ademir Bier, o presente projeto de lei visa autorizar o Governador do Estado do Paraná a conceder desconto de 50% no valor

do pedágio para os veículos de carga com capacidade igual ou superior a 04 toneladas e isenção para aqueles que trafegam vazios. Justifica “devido ao fato dos proprietários e motoristas de veículos de carga serem usuários permanentes e constantes das rodovias pedagiadas...não obtendo ganhos suficientes para arcar com as despesas do veículos, prejudicando seu sustento e de sua família”. E mais adiante afirma: “deve-se ressaltar, também que muitas vezes, o motorista volta a sua origem sem conseguir frete, arcando sozinho com as despesas de viagem, tornando penoso o pagamento do pedágio”.

A douta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar concluiu pela lavra do deputado Durval Amaral; “a redução da receita proposta ocasionará a obrigação do poder concedente, Estado do Paraná, em indenizar as concessionárias ou subsidiar o Programa de Concessões com recursos do Tesouro Estadual, visando manter o equilíbrio econômico ao projeto de lei. Levado à Comissão de Finanças, o Relator, deputado Péricles de Holleben Mello, entendeu que: “...tão importante quanto o equilíbrio das contas das Concessionárias do Anel de Integração e do Governo do Estado, é o cidadão paranaense, seu bem - estar, suas condições de trabalho e sobrevivência sua qualidade de vida; especialmente aquele cidadão que, com seu trabalho, se dedica e contribui para o desenvolvimento de nosso Estado. Sendo assim, nosso parecer é favorável”.

#### **Do Parecer**

A isenção e os benefícios pretendidos trarão consequências importantes, e que por isso deveriam ser objeto de ampla discussão entre os técnicos, usuários, concessionárias e governo. Os veículos objeto de lei classificam-se entre aqueles de 02 a 07 eixos e representam aproximadamente 56.000 veículos/dia, com uma receita em torno de R\$240.000,00/dia, representando aproximadamente 34,5% do fluxo de tráfego e 52% das receitas de todos Anel de Integração.

Entretanto, e dada a importância do projeto e seu elevado alcance social, e da louvável iniciativa do Deputado que o subscreveu, somos de parecer favorável, e sugerimos ainda que esta Comissão Permanente promova debate sobre o tema como um todo, levando em consideração, este e outros temas que à época a Lei de Concessões não previu.

Sala das Comissões, em 31.05.2000.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

BETO RICHIA - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões do Projeto de Lei nº 272/99.

#### **ITEM 06**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 182/2000, de autoria do deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade

Pública Estadual a Associação de Moradores da Vila Jardim Aeroporto, com sede e foro no município de Ivaiporã - PR. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 070/2000, de 05.06.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 182/2000

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Orlando Pessuti, tem por objetivo declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila Jardim Aeroporto, com sede e foro no município de Ivaiporã/PR.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 12.06.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

**ITEM 07**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 061/2001, de autoria do deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Renais Crônicos e Transplantados Renais de Paranavaí e Região, com sede e foro no município de Paranavaí. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 018/2001, de 15.03.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 061/2001

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Renais Crônicos e Transplantados Renais de Paranavaí e região, com sede e fora no município de Paranavaí.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 12.06.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

**ITEM 08**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 203/2001, de autoria do deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Moradores do Jardim Colina Verde, com sede e foro nesta Capital. **PARECER**

**FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 066/2001, de 22.05.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 203/2001

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Marcos Isfer, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Jardim Colina Verde, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 12.06.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

**ITEM 09**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 221/2001, de autoria da deputada Serafina Carrilho, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Creche Branca de Neve, com sede e foro no município de Faxinal. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 073/2001, de 04.06.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 221/2001

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria da deputada Serafina Carrilho, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Creche Branca de Neve, com sede e foro no município de Faxinal.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 12.06.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

**ITEM 10**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 224/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Baratter, que altera o artigo 1º da Lei 7417/80, que declarou de Utilidade Pública a Associação Educacional Lins de Vasconcelos. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 073/2001, de 04.06.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 224/2001

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Antonio Carlos Baratter, tem por objetivo alterar o artigo

1º da lei 7417/80, que declarou de Utilidade Pública a Associação Educacional Lins Vasconcelos.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 12.06.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

## ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 017/2001, de autoria do deputado Algaci Tulio, que institui, na Assembléia Legislativa do Estado, o evento "Parlamentar da Melhor Idade". PARECER FAVORÁVEL DA CE. **Aprovado. (Publ. no DA nº 074/2001, de 05.06.2001).**

### COMISSÃO EXECUTIVA

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 17/2001

#### P A R E C E R :

O presente projeto de resolução, de autoria do deputado Algaci Tulio, tem por finalidade instituir, na Assembléia Legislativa do Estado, o evento "Parlamentar da Melhor Idade".

Tendo em vista o enorme sucesso do evento "O Parlamentar do Futuro", que está levando aos alunos de vários municípios do Estado o conhecimento dos trabalhos do Poder Legislativo, a Comissão Executiva posiciona-se favoravelmente à aprovação do projeto em tela, que visa trazer ao nosso meio o cidadão, com grande experiência de vida e que tem muito, ainda, para contribuir para a melhoria da nossa sociedade.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 19.06.2001.

(aa) COMISSÃO EXECUTIVA

## ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 020/2001, de autoria da Comissão Executiva, que constitui a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar cobrança indevida no Sistema de Telefonia Fixa e Móvel do Estado do Paraná e dá outras providências. **(Publ. no DA nº 086/2001, de 19/06/2001).**

### O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Para encaminhar, deputado Nereu Moura.

Só um minuto, deputado Nereu Moura, nós temos sobre esse item um requerimento, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, com apoio dos senhores deputados Luiz Carlos Martins, Tony Garcia, Cezar Silvestri e demais senhores deputados, constante do expediente de Sessão anterior, solicitando transformação de Plenário em Comissão Geral para análise e deliberação do Projeto de Resolução em constituição da CPI do Sistema de Telefonia.

Está em votação o requerimento. Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

**Aprovado.**

Agora o Plenário está transformado em Comissão Geral.

Com a palavra o deputado Nereu Moura.

### O SR. NEREU MOURA (Para Encaminhar)

Senhor presidente, vamos votar favoravelmente a esse projeto de lei, na sua legalidade e na sua constitucionalidade. Iremos apresentar uma Emenda, porque não concordamos que a Assembléia Legislativa faça uma CPI com o objetivo de investigar, apenas e tão somente, o grampo do Banco HSBC.

Achamos que todos os escândalos, todos os crimes praticados por quem quer que seja têm que ser investigados, inclusive, aqueles do Palácio Iguaçu, famosos e que a CPI da Telefonia estava investigando e que o Governo recorreu à justiça para tentar paralisar os trabalhos de investigação.

Desta forma, quero comunicar: a Bancada do PMDB votará favorável pela sua legalidade e pela sua constitucionalidade, mas irá apresentar uma Emenda subscrita pelo nosso líder, deputado Waldyr Pugliesi, ampliando a investigação para que todos os crimes de escuta ilegal de telefone no Paraná sejam possíveis de investigações pela CPI.

### O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Como o Plenário foi transformado em Comissão Geral, designamos o deputado Durval Amaral para ser relator desse projeto de resolução.

Com a palavra, o relator.

### O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, trata-se do Projeto de Resolução nº 020/2001, de autoria da Comissão Executiva, que constitui a Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar cobrança indevida no Sistema de Telefonia Fixa e Móvel no Estado do Paraná e dá outras providências.

Sob o aspecto constitucional, regimental e legal, nada obsta a sua tramitação. Razão pela qual dou parecer favorável a apreciação do Plenário, senhor presidente.

### O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Está em discussão o parecer do relator. Em votação. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. Está **aprovado** o parecer.

Está em discussão o projeto de resolução.

### O SR. WALDYR PUGLIESI

Para encaminhar, senhor presidente.

### O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Para encaminhar, deputado Waldyr Pugliesi.

**O SR. WALDYR PUGLIESI (Para Encaminhar)**

Senhor presidente, estamos apresentando uma Emenda, porque da mesma maneira que já falou o Líder do PMDB, nós votaremos favoravelmente à implantação da CPI, mas ela não se completa da maneira que está redigida, é por isso que nós estamos colocando a Emenda, para que o problema dos grampos telefônicos não fiquem fora desta apreciação, então está na Mesa, será na segunda votação, mas a Emenda já está encaminhada, porque nós queremos a modificação agregando a possibilidade de aprofundarmos a discussão na direção da responsabilidade dos grampos que foram instalados aqui no Paraná.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

A Emenda, deputado Waldyr Pugliesi, já está na Mesa, mas ela só será apresentada em segunda votação. Em votação. Aprovado.

**O SR. DURVAL AMARAL**

Senhor presidente, solicito verificação de votação.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Verificação de votação.

**O SR. ALGACI TULIO**

Senhor presidente, o senhor já deu o resultado.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Eu dei o resultado como aprovado, deputado, cabe a ele pedir verificação de votação.

Deputados que aprovam o projeto de resolução, queiram levantar-se. Quem aprova o projeto de resolução, queira levantar-se. **Está aprovado.**

**O SR. ALGACI TULIO (Questão de Ordem)**

Eu me surpreendo, senhor presidente, porque o líder do Governo foi o relator do projeto. Não entendi o porquê de pedir verificação de votação.

**O SR. LUIZ CARLOS MARTINS**

É só para confundir um pouco.

**O SR. ALGACI TULIO**

É um direito, nobre deputado.

**O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (Pela Ordem)**

Senhor presidente, como presidente da Comissão de Fiscalização da Assembleia, quero fazer uma sugestão, aqui, aos nobres companheiros, diante de denúncias apresentadas; vou citar dois exemplos: do companheiro Geraldo Cartário, quando ele apresentou um requerimento convidando o jornalista Formighieri a vir a este Plenário e também diante das denúncias apresentadas hoje pelo deputado Marcos Isfer. A sugestão que eu faço, é para que eles enviem essas denúncias à Comissão de Fiscalização da Assembleia, no caso, por exemplo, do

jornalista Formighieri que ele apresente ao deputado Geraldo Cartário as denúncias que tem, com provas e que o deputado Geraldo Cartário encaminhe essas denúncias à Comissão de Fiscalização da Assembleia. O mesmo eu sugiro ao deputado Marcos Isfer.

Muito obrigado, senhor presidente.

**O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)**

Em função da colocação feita pelo presidente da Comissão de Fiscalização, deputado Luiz Carlos Martins, eu sugiro que no exercício da Comissão de Fiscalização desta Casa, o deputado Luiz Carlos Martins convoque para vir à Comissão de Fiscalização da Assembleia Legislativa, o jornalista Marcos Formighieri, para apresentar documentação das denúncias que fez de corrupção e roubo ao Governo do Estado. Acho que fica muito mais tranquilo, se é que nós efetivamente queremos dar peso às Comissões de Fiscalização, que tome essa medida, deputado Luiz Carlos Martins.

**O SR. ADEMAR TRAIANO (Pela Ordem)**

Senhor presidente, gostaria de registrar no meio dos parlamentares, nesta Casa, a presença dos nossos dois ex-colegas deputados Dobrandino da Silva e o prefeito de Foz do Iguaçu, Sâmis que estão no nosso meio, presentes nesta Sessão.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Devidamente registrado e sempre é um prazer receber os ex-deputados.

**O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)**

Senhor presidente, eu gostaria de solicitar a Vossa Excelência que determinasse o registro nos Anais desta Casa da presença do Prefeito de Sertãoópolis, senhor Reinaldo e também dos vereadores Júnior do Porto e Juran-dir Martins e ainda do secretário municipal Luiz Carlos Almeida, todos da cidade de Sertãoópolis, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Devidamente registrado.

**O SR. PLAUTO MIRÓ (Pela Ordem)**

Quero registrar a presença do vereador Márcio Calderari, do município de Campina da Lagoa, que está aqui conosco.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Devidamente registrado.

**O SR. NELSON TURECK (Pela Ordem)**

Senhor presidente, quero aproveitar para fazer o registro de um grande companheiro desta Casa, o ex-deputado estadual Valmor Trentini, que trabalha na Secretaria da Segurança e vem prestando um grande trabalho. Então. É justo lembrar o nome deste grande com-

panheiro, que vem defendendo os interesses dos deputados, desta Casa, na Secretaria da Segurança.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Pela Ordem**)

Apenas para registrar a presença do prefeito de Clevelândia, Wanderley Valério e de sua esposa, que estão nos prestigiando na Tribuna de Honra, nesta Sessão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Da mesma forma, o deputado Valdir Rossoni, 1º Secretário da Assembléia, nos passa e nos faz o registro da presença do prefeito de Clevelândia, juntamente com a 1ª dama, sua esposa.

Sobre a mesa, requerimento nº 2010, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, para encaminhar.

O SR. HERMAS BRANDÃO (**Pela Ordem**)

Retiro o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

**Está retirado pelo autor.**

Requerimento nº 2025, de autoria dos senhores deputados José Maria Ferreira e Edson Strapasson, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Para discutir, também.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está adiado, na forma regimental.

Requerimento nº 2026, de autoria do senhor deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2029, de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2030, de autoria do senhor deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. NEIVO BERARDIN

Verificação de quórum, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Verificação de votação.

Chamada nominal.

Convido o 1º Secretário deputado Valdir Rossoni para que faça a chamada dos senhores deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

**(Procede a chamada nominal dos senhores deputados).**

O SR. NEIVO BERARDIN

Visto que há quórum suficiente, dispense a verificação de votação.

O SR. NEREU MOURA

Pela Ordem, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela Ordem, deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, artigo 34, inciso 2º. Ontem Vossa Excelência deu o último prazo para que os partidos indicassem os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito. Como não foram instaladas, sugiro a Vossa Excelência que use do amparo regimental e designe Vossa Excelência mesmo, os representantes, daqueles que ainda não indicaram. Os que já indicaram tudo bem. Temos que instalar as CPI's que ainda faltam ser instaladas.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vou dar prazo até amanhã para que os partidos indiquem. Após segunda-feira, se não tivermos indicação até o final da tarde de amanhã, segunda-feira farei as indicações.

Estou recebendo a informação aqui da minha assessoria, que nenhum partido indicou.

O SR. NEREU MOURA

O PMDB já indicou, senhor presidente, todos.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Retifico. O PMDB realmente fez as indicações. Foi o único partido que fez as indicações, estou aguardando indicações dos demais partidos.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Pela ordem, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela ordem, deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Pela Ordem**)

O senhor deu um prazo, da minha parte, do PSDB, V. Exa. tem liberdade para usar o Regimento e fazer as indicações.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Muito obrigado, nobre Deputado. Se os partidos realmente não fizerem essa indicação, na segunda-feira, definirei os membros de cada partido para compor as comissões.

Requerimentos nºs 2004 a 2006, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2007 e 2008, de autoria da senhora deputada Serafina Carrilho, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2009, 2011 e 2012, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2013, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2016, de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2017, de autoria do senhor deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2018, de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. **Prejudicado.**

Requerimento nº 2019, de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2021 e 2022, de autoria do senhor deputado Antonio Baratter, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2023 e 2024, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2031 e 2032, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2033, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. WALDYR PUGLIESI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, Vossa Excelência poderia informar ao Plenário, qual é esse Projeto 256/2001?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Que dispõe sobre a extinção de débitos fiscais, mediante compensação.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação. Deputados que aprovam permaneçam como estão.

**Aprovado.**

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, eu também não tenho maiores informações.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Hoje está só sendo votado, foi votado em regime de urgência, nada mais impede de encaminhar para Vossa Excelência ainda hoje, cópia do nosso projeto.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Ontem encaminhei, comuniquei à Casa, que amanhã teremos uma reunião na Comissão do Meio Ambiente, com o ex-secretário Hitoshi Nakamura, e na oportunidade, fiz um pedido ao líder do Governo, se ele pudesse me dizer se ele virá ou não, porque os membros da Comissão, alguns desejam viajar.

Se ele vem ou não vem, que o deputado líder do Governo pudesse nos informar, se ele vai comparecer ou não, a fim de que os deputados possam ter esse conhecimento, visto que a reunião é amanhã às 14h.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Essa incumbência, inclusive, me propus a entrar em contato com o ex-secretário Hitoshi Nakamura.

A informação que temos, é que ele está no Japão.

Então temos que aguardar o retorno dele.

Vou designar que esta Casa mande um representante para ouvir o ex-secretário.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 20, às 10h com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 01, 022/2001; 183/2000; 207/99; 181, 106/2000 e 097/2001.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 182/2000; 061, 203, 221, 224/2002; e dos Projetos de Resolução nºs 017 e 020/2001.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 115, 145, 154, 175, 176, 182 e 187/2001.

Levanta-se a Sessão.